

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUAN FERNANDO LEAL FERREIRA

ENTRE A TERRA PROMETIDA E A FORTALEZA VERMELHA:
A REVOLTA DE PORECATU E O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA EM
JORNAIS PARANAENSES (1944-1951)

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUAN FERNANDO LEAL FERREIRA

ENTRE A TERRA PROMETIDA E A FORTALEZA VERMELHA:
A REVOLTA DE PORECATU E O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA EM
JORNAIS PARANAENSES (1944-1951)

Monografia apresentada à
disciplina: Estágio Supervisionado
em Pesquisa Histórica, como
requisito parcial para a conclusão do
Curso de História-Licenciatura com
Bacharelado, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo
Rodriguez Tavares.

CURITIBA

2014

AGRADECIMENTOS

Dedico esta monografia a minha mãe, Alice Emilia Miranda Machado, mulher e negra que com muita garra e luta, sempre zelou para que todos os seus filhos tivessem a oportunidade de estudar e pudessem ter uma vida melhor. Seu apoio diário, seu incentivo e amor sempre me inspiraram, e é devido a ela que sempre acreditei que quando queremos algo, todo o esforço vale a pena. Sem ela, essa monografia simplesmente não existiria.

Agradeço a meus irmãos pelo apoio incondicional, nos momentos de alegria e nos mais penosos. Obrigado por tudo!

Não poderia deixar de citar todos aqueles que de alguma maneira, me ajudaram a viver a universidade em plenitude. Ressalto as inúmeras reuniões do Centro Acadêmico e do Coletivo Quebrando Muros que me proporcionaram um imenso crescimento pessoal e a aproximação com pessoas singulares, as quais espero levar comigo por toda a vida.

Por fim, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares, por sua paciência e boa vontade no percurso desta pesquisa, e ao professor Edilson Chaves, que anos atrás acendeu em mim a fagulha do interesse pelo saber histórico.

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

Este projeto teve como objetivo pesquisar o discurso da imprensa de grande circulação sobre a presença comunista no norte do Paraná durante a Revolta Camponesa de Porecatu (1944 – 1951). A problemática trata de compreender como se desenvolveu esse discurso e quais as relações que são possíveis estabelecer entre ele e os elementos históricos e sócio-políticos que o perpassaram. Utilizamos como fonte os jornais “O Diário da Tarde” e “O Dia”, extraídos do arquivo da sessão de periódicos microfilmados da Biblioteca Pública do Paraná. Constatou-se que durante o período que vai do início do conflito até 1947, os comunistas, ou melhor, o Partido Comunista do Brasil (PCB) possuía certa credibilidade nos jornais devido a atuação dentro da legalidade e a posição firme do partido na luta antifascista. A partir de 1947, após a volta a ilegalidade, o início da Guerra Fria e a entrada do Partidão no conflito, o discurso se modifica, tornando-se exclusivamente negativo. Ocorre a radicalização da revolta, incentivada pelos líderes do partido, que dirigiram o movimento. O tom usado foi outro: enfatizou-se a infiltração vermelha e a manipulação dos sertanejos pelos comandados de Moscou. A formação de grupos de luta armada e o apoio dado pelos comitês regionais do partidão aos posseiros traziam em seu bojo a primeira experiência concreta da aliança proletária-camponesa ensejada pela direção do PCB. A proposta comunista de embate era rechaçada por grupos elitistas tradicionais, por ir de encontro com seus projetos de modernização do estado e ao espírito “ordeiro” do povo paranaense. Os discursos dos periódicos salientavam a estranheza do projeto revolucionário bolchevique e a realidade de defesa da propriedade levada a cabo pelos posseiros. Concluiu-se que houve de fato um discurso anticomunista, de razoável flexibilidade, com forte influência da conjuntura política do PCB. Este discurso de raiz histórica recente –Revolução de 1917 e a Intentona Comunista- foi fomentada pelo contexto de bipolarização mundial e na crença que o comunismo subvertia o natural pacifismo do homem brasileiro, especificamente do paranaense.

Palavras-chave: *Partido Comunista Brasileiro; Anticomunismo; Revolta de Porecatu.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: ANTICOMUNISMO NO BRASIL.....	10
1.2. PRECEDENTES DO COMUNISMO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO.....	10
1.3. COMUNISMO E O ANTICOMUNISMO NO ENTRE 1945- 1947.....	14
1.4. A GUERRA FRIA E O ANTICOMUNISMO.....	16
1.5. ANTICOMUNISMO NO BRASIL.....	18
CAPÍTULO 2: A QUESTÃO AGRÁRIA E A REVOLTA DE PORECATU.....	23
2.1. A LOCALIZAÇÃO DA REVOLTA DE PORECATU NA QUESTÃO AGRÁRIA.....	24
2.2. A LEI, A POSSE E A PROPRIEDADE DA TERRA.....	26
2.3 O CAMPO, O POSSEIRO E O GRILEIRO- QUESTÕES JURÍDICAS.....	29
2.4.A COMISSÃO DE TERRAS E O ACIRRAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	34
2.5. A GUERRILHA, AS LIGAS CAMPONESAS E O COMANDO DO P.C.B.....	37
2.6.ODESFECHO.....	42
CAPÍTULO 3: ANTICOMUNISMO NA IMPRENSA PARANAENSE.....	45
3.1. O DISCURSO JORNALÍSTICO.....	45
3.2.OS COMUNISTAS NO ESTADO E O ÍMPETO DE DESENVOLVIMENTO.....	47
3.3. ANTICOMUNISMO E A REVOLTA DE PORECATU.....	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar o discurso anticomunista presente em dois jornais paranaenses, quando estes se reportavam a Revolta de Porecatu. Nossa baliza temporal concentra-se entre 1944 a 1951, isto porque concordamos com Marcelo Oikawa quando o autor localiza o início da resistência dos posseiros na fundação das primeiras ligas de lavradores. As pioneiras são a Liga de Porecatu, que chegou a ter 270 famílias e a de Guaraci, com 268 famílias. Para além da luta armada, os posseiros empenharam-se em desenvolver um embate judicial antes de 1948, período de radicalização do combate. A partir das formações das ligas isto ocorreu de maneira ordenada e conjunta.

As fontes utilizadas foram os jornais “O Diário da Tarde” e “O Dia”.

O jornal “O Diário da Tarde” era o mais antigo em circulação, sua fundação data de 1899, e circulou até 1951 de maneira independente e até 1975 sob a direção da “Gazeta do Povo”. Até a década de 1950 foi administrada por Estácio Correia, seu fundador, e posteriormente pelo respeitado jornalista Arthur Obino. Era um diário vespertino, mas, por vezes, lançava duas tiragens (13:00 e as 16:00)¹.

O diário curitibano “O Dia” pertencia ao grupo de empresas do rico comerciante e político Moyses Lupion, governador do estado por duas vezes (1947-1951 e em 1955-1961). Era também proprietário de 49% do jornal “Gazeta do Povo”, que, como afirmamos, irá comprar o outro periódico citado².

Utilizamos para esta pesquisa as contribuições de Rodrigo Patto Sá Motta, Bethânia Mariani e Rosângela Pereira de Abreu Assunção na tentativa de compreensão do fenômeno anticomunista. Rodrigo Patto Sá Motta³ desenvolve em seu *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no*

¹ PAULA, Carolina de. **Imprensa Paranaense e Democracia na República de 46: a primeira eleição no pós-guerra**. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, de 09 a 11 de dezembro de 2009, São Paulo. Sessão de Comunicação - Jornalismo Político.

² Idem.

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Brasil(1917-1964) uma contundente pesquisa sobre as matrizes e representações anticomunistas mais utilizadas no período através da grande imprensa, de impressos católicos, integralistas, de documentos da DOPS, enfim variadas origens para estabelecer uma ligação entre essas campanhas contrárias ao comunismo. O autor salienta que o comunismo combatido por esses grupos é o da vertente marxista-leninista, disseminado a partir da Revolução de 1917. Motta, localiza dois períodos de intensificação do anticomunismo no país: de 1935-1937 e de 1961-1964. Além disso, estabelece três matrizes, não homogêneas ou rígidas, do anticomunismo: a católica, a nacionalista e a liberal. Em *PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos jornais (1922-1989)*⁴, Bethania Mariani parte da análise do discurso para compreender os sentidos negativos cristalizados no imaginário social através dos jornais. Também utilizamos a autora para descortinar alguns aspectos formais do discurso jornalístico. Rosângela Pereira de Abreu Assunção em seu *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*⁵ foca no olhar da polícia política mineira sobre o subversivo comunista, destacando as influências sofridas pela DOPS/MG por órgãos e grupos de direita em seu discurso anticomunista.

Referente à Revolta de Porecatu tivemos como base os autores Osvaldo Heller da Silva, Angelo Priori e Marcelo Oikawa. Osvaldo Heller da Silva⁶ em seu *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná* trabalha o conflito de Porecatu a partir do seu pioneirismo organizativo, atentando-se para a influência do embate para o desenvolvimento sindical do estado, simbolizado pela formação das ligas camponesas. Angelo Priori em seu *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e atuação do Partido Comunista(PCB)* faz um esforço de leitura jurídica do requerimento da terra desde a Lei de Terras até a constituição da Comissão de Terras. O autor destaca a organização dos posseiros não como agentes passivos a direção comunista, mas colaborativos

⁴ MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. 1º Ed. Rio de Janeiro: Revan/São Paulo: Unicamp, 1998.

⁵ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação de Mestrado em História e Culturas Políticas: UFMG, 2006.

⁶ SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

frente a experiência organizacional da militância pecebista. Marcelo Oikawa parte do olhar dos posseiros para a análise da revolta em seu *PORECATU: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. Oikawa salienta que a história dos posseiros de Porecatu é pouco conhecida, e quando o é, encara-se como algo “efêmero”, “errático”, “espontâneo” e “insignificante”⁷, ideário difundido pela imprensa e que foi largamente aceito pela sociedade.

Para uma compreensão da conjuntura da sociedade curitibana, onde estavam inseridos os impressos, assim como uma localização dos comunistas no estado utilizamos Andrea Gimenez, Adriano Codato e Marcio Kieller. Em *O medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: imaginário anticomunista na sociedade curitibana, (1947-1964)*, Gimenez afirma que a sociedade curitibana, como a paranaense, vivia um furor devido ao sentimento de progresso, que incluía as novas fronteiras ao norte do estado. Esta empolgação dava-se a partir do ideal que desenvolveríamos conservando a ordem, sendo assim o comunista era agente estranho, pois era afeito a violência revolucionária. Adriano Codato e Marcio Kieller em *Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná* reúnem uma série de depoimentos de militantes e ex-militantes destacando a organização do PCB no estado.

Esta monografia está dividida em três capítulos que procuram localizar o leitor temporal e espacialmente, de modo a dar-lhe melhor suporte para compreensão da análise realizada.

No primeiro capítulo fizemos alguns apontamentos sobre a historiografia sobre anticomunismo. Realizamos um percurso sobre os precedentes do comunismo em nosso país, enfatizando alguns acontecimentos primordiais na construção do sentimento anticomunista. Dentro da temporalidade que estipulamos salientamos dois acontecimentos importantes na compreensão deste sentimento. O primeiro é Intentona Comunista, liderada por Luiz Carlos Prestes, que serviu de motivação para uma intensificação social e institucional do caráter negativo dado a ideologia vermelha. Destacamos o retorno a ilegalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB), ocorrida em 1947,

⁷ OIKAWA. Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 8.

engendradora por grupos políticos contrários e fundamentada pelo início da Guerra Fria.

O segundo capítulo foi destinado a uma exposição da Revolta de Porecatu. A questão agrária é de suma importância para história de nosso estado, pois uma parte de nosso território constituiu-se a partir de expansão dos limites agrícolas e através de conflitos no campo. A região de Porecatu localiza-se na luta agrária como pioneira, pois nela desenvolveu-se agremiações de lavradores, chamadas ligas camponesas. Segundo Oikawa, pela primeira vez os “trabalhadores rurais sem terra, arrendatário, colono ou pequeno proprietário”⁸ são denominados *camponeses* na história brasileira. Outro ponto levantado pelo jornalista é o ineditismo da campanha do PCB na região de conflito, pois pela primeira vez, cumpria um desejo presente em seu programa desde a sua fundação: a aliança operário- camponesa⁹. O conflito também atentou a imprensa da época para a questão da abertura de novos limites agrícolas ao norte e para a situação de tensão entre posseiros, grileiros e fazendeiros.

No último capítulo, enquadrámos uma breve discussão sobre a imprensa e o discurso jornalístico. Além disso, enfatizamos a conjuntura de euforia devido a *vitória da democracia* e o ímpeto do progresso incitado ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em seguida faremos a análise proposta, tendo como pano de fundo o redimensionamento de um discurso *paranista*, o qual incluía a significativa leva de migrantes com a expansão das fronteiras agrícolas ao norte do estado. Esta inclusão deu-se a partir de um modelo de povo paranaense naturalmente “ordeiro”, “laborioso” e “pacífico”.

⁸ OIKAWA, Marcelo. *Porecatu...* Op.cit. 17.

⁹ Idem

Capítulo I

1. ANTICOMUNISMO NO BRASIL

1.1. PRECEDENTES DO COMUNISMO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O anticomunismo no Brasil é um fenômeno que surgiu após a vitória bolchevique na Revolução de 1917¹⁰. O impacto deste acontecimento durante a década de 1920 foi amplamente difundido pela imprensa brasileira, assim como nos círculos intelectuais e políticos do país¹¹. Em expansão na Europa, o comunismo ainda era uma força embrionária no Brasil.

O anarquismo, mais especificamente o anarco-sindicalismo, chegou com força ao Brasil na virada dos séculos XIX para o XX devido a substancial presença imigrante como mão-de-obra. Pulverizando-se pelas cidades com considerável taxa de trabalhadores, a ideologia anarquista dos imigrantes rapidamente conquistou a hegemonia do movimento operário. Segundo Ronald Chilcote "a ideologia anarquista dominou os círculos operários e intelectuais no período de 1906-1920"¹², mas mostrava-se insuficiente por possuir incompatibilidades com a realidade brasileira devido as indefinições sobre sua estrutura ideológica, organizativa e hierárquica. Este fato não impediu a formação de organizações de trabalhadores que deflagraram inúmeros atos e greves, incluindo a greve geral de 1917, a maior greve da história brasileira. A influência anarquista, principalmente anarco-sindicalista estava presente também em países como México, Peru, Chile, Argentina e no próprio Brasil¹³. O socialismo, baseado nos escritos de Karl Marx e em Friedrich Engels, também se encontrava presente no movimento operário, entretanto com menos impacto do que o anarquismo.

No início da década de 1920, apesar das inúmeras convenções, encontros e congressos, não havia uma homogeneidade entre as ligas,

¹⁰ MOTTA, Rodrigo P. S. Em guarda...Op.cit. 1.

¹¹ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG...* Op.cit. 71.

¹² CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Ordem do Graal na Terra, 1982. p. 50.

¹³ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido...*Op.cit. 52.

sindicatos ou partidos de esquerda pelo país. A revolução Russa de 1917 e a criação da *Komintern*¹⁴ em 1919 enfraqueceram o movimento anarquista e canalizaram a criação de um grupo orgânico da esquerda brasileira. Assim, em 1919 fez-se uma primeira tentativa com a formação de um Partido Comunista, segundo Chilcote, de inspiração anarquista, mas é durante a 1ª Conferência Comunista do Brasil, em março de 1922, no Rio de Janeiro, que diante de 9 delegados de todo o Brasil e mais militantes, constituiu-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), aprovando os termos e associando-se a *Komintern*¹⁵. Neste momento, o Partidão, como ficou conhecido, tornou-se a mais significativa entidade da esquerda no país. Muitos de seus membros eram oriundos do anarquismo e a confusão inicial entre as duas ideologias foi se desfazendo, com o partido excluindo os militantes mais identificados com o anarquismo.

O anticomunismo neste período ainda possuía características pouco definidas, pois não foi caracterizado como um perigo eminente à sociedade, mas um problema europeu. No período de 1917 a 1930, o comunismo foi entendido ainda como uma “realidade do velho mundo”, “ameaça remota” incompatível com o contexto brasileiro. A incipiente articulação das entidades de esquerda para um projeto concreto de mudança social e a pouca força social dos grupos restritos aos meios sindicais ou envolvidos com os movimentos de operariado reforçava a formulação do comunismo enquanto ideia ou agente alienígena.

Apesar de a experiência soviética causar mal-estar a inúmeros grupos conservadores da sociedade, somente com Getúlio Vargas, em 1935, que o comunismo foi eleito o “inimigo em potencial”¹⁶. A figura de Luís Carlos Prestes aprofundou este sentimento, o tenente que desde sua tentativa de organização política (Coluna Miguel Costa-Prestes), na década anterior, ganhou grande prestígio na esquerda, assim como serviu como inspiração para novos militantes. Declarou sua entrada para o PCB partindo de ideais que defendera

¹⁴ Organização criada pela Segunda Internacional ou Internacional Comunista (1919-1943), idealizada por Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética para congregar outros partidos comunistas pelo globo.

¹⁵ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido*. Op.cit.53-58.

¹⁶ IPÓLITO, Verônica K. ; PRIORI, Angelo. *É proibido proibir*: o policiamento político e o imaginário anticomunista no norte-paranaense. Revista *Ágora*, Vitória-ES, Universidade Federal do Espírito Santo, v.11, 2010, p.3.

em discursos de inspiração bolchevique logo após sua volta da URSS. Prestes ajudou a constituir, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) uma associação entre comunistas, socialistas, liberais, operários, elementos da classe média, militares, dentre outros, contra jugo estrangeiro e por bandeiras populares. Prestes deixou claro na leitura do Manifesto-programa da associação que não se tratava de um partido¹⁷ mas almejava intervir no cenário político brasileiro.

O crescimento da ANL deu-se em proporções exponenciais, empolgando cada vez mais líderes políticos e militares progressistas. Temendo o crescimento da ANL e difusão de suas ideias contrárias ao governo, Vargas torna em 12 de julho do mesmo ano a organização ilegal. Mas é necessário salientar que o principal argumento utilizado para o rechaço aos comunistas veio do acontecimento ocorrido em novembro deste mesmo ano, o evento pejorativamente conhecido como *Intentona Comunista*: uma tentativa fracassada de levante através da conquista dos quartéis, tendo como base as mobilizações desenvolvidas pelos tenentistas durante a década de 1920. Tal evento foi propagandeado evidenciando a liderança de Prestes. Segundo Motta o episódio foi “a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil”¹⁸, isto porque, anteriormente, o comunismo era tido como um perigo distante, a partir daquele momento com a tentativa armada de tomada de poder, circulou inúmeras especulações sobre a possibilidade de outras ações que poderiam ser bem-sucedidas. As possíveis consequências maléficas provocadas pela radical transformação da organização social eram evidenciadas, enquanto se divulgava na imprensa indícios de participação de grupos ligados ao *Komintern*. O esquema teve como centros de comandos as cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, motivo pelo qual é mais coerente falar em “levantes” do que um ato singular. A ação dos comunistas gerou uma “comoção” que possibilitou ao Estado o apoio necessário para tomar medidas drásticas de frear o recrudescimento do comunismo. Nos dois anos seguintes, o governo varguista arquitetou ações de total controle, para algo que prenunciava o golpe de Vargas, intensificando a repressão, efetuando

¹⁷SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.p.45-46.

¹⁸MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda...*Op.cit. XXI.

inúmeras prisões e assassinatos, levou significativa quantidade de militantes ao exílio, e incrementou as polícias políticas e o Departamento de Ordem Política e Social(DOPS)¹⁹, além disso, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional(LSN)²⁰. O Plano Cohen, um suposto projeto de infiltração bolchevique no Brasil, arrematou o processo adicionando a Getúlio o apoio popular. A partir de 1937, Vargas promoveu um lento, mas eficaz processo, onde as dissidências que certas conquistas garantidas através de lutas e greves fossem apagadas, aliás, estes direitos tornaram-se elementos que caracterizavam o brasileiro enquanto trabalhador. De forma mais clara, ele transformou estes em concessões do governo, a partir de sua figura central que assegurava a segurança nacional, contra todos os perigos, principalmente o “vermelho”. Sendo o “atraso [do agora velho sistema liberal brasileiro] denunciado, também pelo movimento operário da primeira República cujas demandas Vargas retrabalhou através de uma operação simbólica, transformando “conquistas” em “concessões”²¹, o político ganhou apoio popular o que possibilitou o seu golpe do Estado Novo, junto a alguns setores que já se encontravam ao seu lado. O anticomunismo recebe um reforço de peso: o Estado. Segundo Chilcote a esquerda como um todo “foi perseguida pelo governo que despediu funcionários, professores jornalistas e outros que mantinham vínculos com comunistas ou pró-comunistas”²². A repressão torna-se mais dura e implacável. Como muitos dos grandes quadros comunistas pelo país encontravam-se presos, o apoio ao comunismo, conseguido com a força da ANL e pelo carisma de Prestes, recua. O Partidão, principal organização de esquerda e porta-voz da movimentação comunista no país, também se encontrava descaracterizado, sem suas lideranças e com grande parte de seus correligionários presos.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o fascismo se tornou o perigo

¹⁹IPÓLITO, Verônica K. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná(1945-1953)*. Dissertação de Mestrado: UEM, 2009. p.4. Delegacias já existentes desde a década anterior com o objetivo de vigiar e reprimir opositores contra o Estado e evitar formação de movimentos operários.

²⁰Lei que permite, com o intento de salvaguardar a pátria, a constituição é suspensa, dando plenos poderes ao Congresso. Para IPÓLITO este ato foi diferencial para o fechamento político rumo ao golpe de 1937.

²¹FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento(1946-1964) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta – a experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000, v.2, p. 163-182.p.167.

²²CHILCOTE, Ronald H. *O Partido...*Op.cit.86.

mais eminente. No Brasil tal ideologia encontrava aderência a realidade por grupos que demonstravam afinidades com o ideário como os integralistas, representados pela Aliança Integrista Brasileira (AIB) que encabeçava várias campanhas contra o avanço dos comunistas e contra os quais o próprio PCB realizava atos de rechaço. O partido declarou a luta antifascista como prioridade, algo que com a guerra ganhou maior notoriedade. Em 27 de Agosto de 1943 foi realizada a Conferência da Mantiqueira, onde reuniram-se delegados do partido de todo o país que aprovaram uma política de unificação nacional em apoio ao governo contra o nazi-fascismo. A partir do episódio da ofensiva de submarinos alemães contra navios brasileiros, se intensificou a pressão popular para a entrada do Brasil na guerra. O apoio do PCB a tal atitude e seu esforço na luta anti-fascista provocou uma diminuição do ranço anticomunista e até, em certo ponto, despertou a simpatia de certas entidades e apoio popular. Na medida em que se aproximava o fim da guerra, aumentava o descontentamento com a situação ditatorial no Brasil e a democracia era cada vez mais defendida. A sua volta tornou-se inexorável.

1.2.COMUNISMO E ANTICOMUNISMO ENTRE 1945-1947

Com o fim da Segunda Guerra Mundial constituiu-se um ambiente de entusiasmo e expectativa nos países aliados, no Brasil esse movimento se contornava como anseio a volta da democracia. Já se disseminavam movimentos contrários a ditadura varguista, o próprio Vargas já demonstrava uma movimentação para a abertura, pois a situação estava tornado-se insustentável, tanto que, ao final de fevereiro de 1945, promete eleições em 90 dias e a não se candidatar. Deposto, acabou apoiando seu Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, fato que, somado ao eleitorado do PTB, possibilitou a vitória do militar. Libertou centenas de prisioneiros, estando Prestes entre eles. No mesmo ano o PCB tornou-se legal. A conjuntura global caracterizava-se por uma cooperação entre capitalistas e socialistas.

As eleições de 1945 demonstraram numericamente que os comunistas já poderiam ser entendidos como uma força política dentro do país: Yeddo Fiúza, candidato do PCB a presidência obteve 9,7% dos votos válidos. O

partido conseguiu eleger 14 deputados federais e Prestes senador, neste mesmo momento conheceu o maior crescimento de sua história com quase 100 mil filiados²³. Chilcote nos traça um cenário desta situação neste trecho:

“Além do PSB(Partido Socialista Brasileiro) que rompeu com a UDN²⁴ em abril de 1947, havia a União Socialista Popular, pequeno partido marxista fundado no Rio, em 1945;o agrupamento trotskista, Partido Socialista Revolucionário, fundado em 1945; e a União Democrática Socialista, anti-stalinista e anti-trotskista, fundada em São Paulo, também em 1945(mais tarde a UDS se tornara Partido Socialista Independente). Muitos trotskistas, que em 1945 haviam rompido com a Quarta Internacional para fundar a publicação Vanguarda Socialista, juntaram-se ao PSB em 1948”²⁵

O PCB era claramente a mais influente organização de esquerda por sua organização e articulação a nível nacional. Era possível encontrar comunistas nas menores organizações operárias até o Congresso Nacional, tornando-se a quarta maior bancada ficando atrás do PSD, UDN e PTB. As críticas feitas pelo Partidão a ações do governo, os constantes choques dos comunistas com a polícia em greves e atos provocaram uma série de atitudes repressivas às atividades do partido.

O presidente eleito pelo PSD, Eurico Gaspar Dutra obteve 55,3% dos votos válidos tendo amplo apoio do PTB²⁶ fundado por Vargas. Apesar de ter claramente ligações com o ditador, o governo Dutra foi recebido com entusiasmo, sendo uma de suas primeiras atitudes a convocação de uma Assembleia Constituinte (1946) para demonstrar a superação do período anterior consubstanciado na Constituição de 1937. O Marechal não

²³ PANDOLFI, Dulce. *A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria*. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em 14/11/2014.

²⁴ União Democrática Nacional era uma partido organizada por comunistas e socialistas, nasceu da plataforma de princípios tirada do 1º Congresso de Escritores Brasileiros que reuniu escritores de esquerda em janeiro de 1945. Adentraram nesta coalizão opositores ao Governo Vargas ligada a classes dominantes da área industrial e financeira, requerendo reformas sociais moderadas. A facção comunista sai da organização em princípio de junho, os socialistas formam a Esquerda Democrática, a qual sai da da UDN e forma o PSB.

²⁵ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido...* Op.cit. 105.

²⁶ Partido Trabalhista Brasileiro

corroborava com a concepção nacionalista e estatizante da administração Vargas, então abriu um intenso canal de diálogo com os Estados Unidos almejando ser o principal aliado latino-americano, assim reforçando a possibilidade de se tornar destino do fluxo do capital do líder norte-americano²⁷. Dutra, um militar reconhecidamente anticomunista, sofreu duras críticas por sua escolha de alinhamento incondicional aos Estados Unidos, indo de encontro com a luta anti-imperialista desenvolvida pelos vermelhos. A intensa presença dos comunistas amedrontou setores conservadores que iniciaram uma campanha para o isolamento e poder frear o crescimento do Partidão. Em maio de 1946, todos os indivíduos considerados comunistas ou com alguma ligação com partidos a esquerda foram expulsos do funcionalismo público. Partindo do decreto constitucional da nova Constituinte que repelia partidos “antidemocráticos” deputados aliados ao governo pediram a cassação do Partidão alegando que se tratava de uma organização estrangeira, assim o partido tornou-se ilegal em 7 de maio de 1947.

1.3A GUERRA FRIA E O ANTICOMUNISMO

Para Eric Hobsbawm, em termos objetivos, a Guerra Fria foi o período no qual houve a possibilidade quase inexistente de conflito direto, pois os lados opostos -socialista e capitalista- aceitaram tacitamente a distribuição global de forças formando um equilíbrio mundial não contestado em sua essência²⁸. De forma mais sintética o autor define aquele período de incerteza de “Paz Fria”. A Guerra Fria decorreu do período posterior a 2ª Guerra, em que sanado os perigos do Eixo iniciaram as preocupações com a reconstrução dos países destruídos pela guerra. A influência da União Soviética aumentara dada a solidez que o governo comunista alcançou até aquele momento, além disso, os Estados Unidos temiam o poderio bélico do país socialista, o qual ameaçava tirar-lhe o posto de país mais poderoso do globo. Nesta esteira de acontecimentos, dois projetos foram lançados pelo governo norte-americano que assinalam as ações contra o avanço comunista e em defesa de sua

²⁷ Neste momento o fluxo do capital americano se destinava a reconstrução da Europa.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. “A Era de Ouro” In: *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.p.224.

hegemonia: a Doutrina Truman e o Plano Marshall. O presidente americano Henry Truman em 12 de março de 1947 profere um discurso em que enfatiza a necessidade da contenção do avanço do comunismo sobre a os países com instabilidade política. O Plano Marshall foi lançado em junho de 1947 e consistia em um projeto contundente para recuperação europeia sob as regras do livre comércio, conversão e mercado²⁹. Posteriormente o plano mostrou-se falho na aplicação dos princípios do liberalismo devido à impossibilidade contextual dos países envolvidos, mas não impediu a recuperação da região. Uma consequência orgânica destes planos foi a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como forma de criar uma barreira anti-soviética e deixar clara a hegemonia americana na região.

O Brasil encontrava-se alinhado ao bloco capitalista e foi incluído no chamado Terceiro Mundo³⁰, assim como grande parte dos países, era anticomunista em sua política interna³¹. As relações diplomáticas com a URSS, reatadas em 1945, foram novamente desfeitas pelo presidente Dutra em 1947, mesmo ano da aplicação dos projetos citados acima, reafirmando sua posição de proximidade com os Estados Unidos³². Para Motta

“A Guerra Fria produziu a intensificação do anticomunismo, pois o Estado norte-americano empenhou o peso de seu poder e riqueza na sustentação aos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” comunista, oferecendo-lhe suporte ideológico, político e material”³³

Hobsbawm ressalta que para conservar uma política de luta constante contra o domínio soviético sobre o mundo democrático era necessário criar um sentimento anticomunista apocalíptico³⁴. No país norte-americano o anticomunismo foi o fator decisivo para o cenário político e eleitoral, essa força política constituiu-se em uma cruzada anticomunista institucionalizada,

²⁹HOBSBAWM, Eric. “A Era...Op.cit. 237.

³⁰Termo utilizado à época, posteriormente ao fim da Guerra Fria convencionou-se a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e posteriormente desenvolvidos e emergentes.

³¹HOBSBAWM, Eric. “A Era...Op.cit.240.

³²É interessante que a chancelaria norte-americana considerou a atitude do governo brasileiro como precipitada. Idem.

³³MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda...*Op. Cit. XXI.

³⁴HOBSBAWM, Eric. “A Era...Op.cit. 232.

difundida por todo o mundo³⁵.

A União Soviética pós-guerra tinha como proposta a resolução dos seus problemas internos, procurando fortalecer a proximidade com a sua zona de influência, não almejando um projeto de expansão, como foi muitas vezes acusado pela rival americano. Quando em 1949 os comunistas alcançaram o poder na China, a URSS já havia reduzido seu exército de 12 milhões em 1945 para cerca de 3 milhões em 1947³⁶. Entretanto, frente à ofensiva americana pós-guerra, os soviéticos não deixaram de se afirmar enquanto potência global com um intenso desenvolvimento bélico. O historiador inglês enfatiza que o país soviético, sob o governo de Stálin, abandona o plano de revolução social global e foca na consolidação das conquistas realizadas nos locais de presença comunista³⁷.

No Brasil, o Partido Comunista ilegal procurava meios de agir no cenário político nacional, muitos de seus militantes adentraram a outras organizações de esquerda, tendo em vista que os quadros do partido não perderam seus direitos políticos. Com a ilegalidade, o Partido volta a alinhar seu conteúdo programático a *Komintern*. O PCB, seguindo a tendência de outros partidos comunistas ilegais da América Latina, modifica sua estratégia, do suave reformismo de frente popular voltada a questões internas, para uma retórica revolucionária³⁸. Esta nova postura taxada de sectária por romper com outras instituições não-comunistas trazia uma independência em relação à participação eleitoral e ao movimento operário-devido à repressão feita pelo governo Dutra controlando os sindicatos, principal área de atuação do partido-esta resolução introduziu a luta no campo como pauta no partido.

1.4.ANTICOMUNISMO NO BRASIL

A ascensão do comunismo foi um dos grandes marcos que simbolizam o século XX, tanto por promover um profícuo debate intelectual quanto por suas

³⁵Idem.

³⁶HOBBSBAWM, Eric. "A Era... Op.cit.229.

³⁷Idem.

³⁸CHILCOTE, Ronald H. *O Partido...*Op.cit. 107.

experiências em países ao redor do globo. Seu enorme impacto e influência no cenário global trouxe-lhe visibilidade e poder de articulação, mas resultou também em uma reação de uma legião de indivíduos que o combatiam dia-a-dia, rechaçando a prática de seus militantes ou desenvolvendo uma argumentação contra essa ideologia. O medo da ideologia cruzou não somente o oceano, mas todo século, a ponto de ser encarado como elemento fulcral para o entendimento das nuances políticas do mundo. Sua intensificação junto a sociedade brasileira acompanhou o recrudescimento da influência dos poderes da URSS e dos Estados Unidos, mas também teve uma ligação direta com a trama política nacional. Essa reação ao comunismo, no Brasil, foi articulada de inúmeras formas, isto é, criou-se o que Motta define como “indústria” do anticomunismo.

“Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. E é interessante observar que os dividendos hauridos da indústria anticomunista variavam de natureza. Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplos, ou apoio popular a medidas de governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocam como campeãs na luta contra os vermelhos, como no caso da Igreja; e as vezes havia até ganhos pecuniários, quando alguns grupos extorquiam dinheiro dos segmentos sociais abastados a título de combaterem os comunistas”³⁹

Na contrapartida do crescimento do comunismo vemos ganhar forma o fenômeno do anticomunismo. Giménez ressalta que “as diversas motivações que estiveram na base de mobilização do fenômeno- medos sociais, quase sempre colados às identidades dos indivíduos e de seus grupos de influência, entregaram-lhe aderência à realidade social”⁴⁰. O combate dava-se pela crença em dois pontos: no poder de persuasão da ideologia comunista; e por esta propiciar ações concretas que contrapunham aos interesses dos grupos que os atacava. Neste ponto é mais sensato usar o temo no plural por sua característica multifacetada dependendo do grupo e da época de onde é

³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda...*p. XIX.

⁴⁰ GIMENÉZ, Andrea B. W. *O Medo da Revolução Social na Terra dos Pinheiros: Imaginário Anticomunista na Sociedade Curitibana, 1947-1964*). Dissertação de Mestrado: UFPR, 2003. p.8.

originada.

A historiografia sobre o anticomunismo nas últimas décadas está tratando de compreendê-lo enquanto forma de expressão dos anseios de grupos contra o “perigo vermelho”, independente se de maneira sinceramente combativa ou oportunista. Tendo em vista a definição de Luciano Bonnet, o qual compreende anticomunismo como "oposição a ideologia e aos objetivos comunistas"⁴¹, o termo é capaz de abarcar uma imensa gama de escritos, imagens e ações que tem como função primordial o combate reativo a ideologia marxista-leninista. Rodrigo Motta afirma que definir anticomunismo possui uma aparente, mas enganosa simplicidade, pois aglutina uma realidade muito complexa a um só termo

“No que respeita ao problema da complexidade, não raro encontramos apreciações superficiais e às vezes parciais do anticomunismo, apresentado ora como mera conspiração imperialista, ora como simples ‘fantasma’ manipulado pela burguesia dominante, ora como reles manifestação de irracionalismo e fanatismo. De fato tais aspectos são elemento importante para a compreensão do fenômeno anticomunista e não podem ser esquecidos. Mas, são facetas de uma realidade complexa, que demanda um olhar mais cuidadoso”⁴²

Segundo o autor, podemos entender que o agente anticomunista, de maneira geral, parte de uma atitude militante contra o projeto comunista⁴³. O fenômeno possui uma peculiaridade de se caracterizar enquanto elemento de estudo de grupos conservadores, que o localiza como um enfoque político-cultural que destoa de grande parte da historiografia brasileira sobre o político, o qual geralmente gira em torno de grupos de resistência ao *status quo*.

Bethânia Mariani, focando sua análise na questão jornalística, salienta que apesar de durante a década de 1920 o comunismo não constasse como uma ameaça concreta pelos grupos conservadores, ele já era apresentado em grandes periódicos como um inimigo, acompanhando a repercussão que estes

⁴¹ BONNET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco(orgs) *Dicionário de Política*. Brasília, EDUNB, 1996, p.51.

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda* Op.cit.XXIII.

⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda*. Op.cit. IX.

possuíam no imaginário europeu⁴⁴. A autora concorda com Motta quando assinala a influência do anticomunismo brasileiro, no qual o nacional acompanha o estrangeiro. Adentrando a década de 1930, principalmente após a chamada Intentona Comunista cristalizou-se, através de um processo de condensação/composição, um imaginário anticomunista em vários locais da sociedade⁴⁵. O anticomunismo possibilitou a união de grupos diversos na empreitada de luta contra a propagação do ideário comunista, apesar de não haver consenso, este fator não retira os contornos gerais das representações negativas, as quais, Motta afirma se tratar, a grosso modo, de três matrizes: o catolicismo, nacionalismo e o liberalismo. Para a matriz católica ou, de forma geral cristã,

“A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defende a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários”⁴⁶

Na matriz nacionalista é necessária a ressalva de não haver confusão com o termo, isto é, compreender que se trata do nacionalismo difundido no início da República tendo a nação como um elemento sagrado, priorizando a exaltação ufanista baseado no romantismo alemão, não se referenciando as práticas realizadas até por organizações de esquerda de uma priorização de assuntos e interesses nacionais. A matriz tem como foco a ideia que os comunistas eram elementos “deletérios”, porque incentivavam a divisão e destruição do “corpo” nacional, a medida que alimentavam o ódio entre as classes, além disso difundiam o medo do imperialismo soviético. Os comunistas seriam, então, nada mais do que traidores da pátria. Na matriz liberal, compreendendo a vertente política e econômica da ideologia, é execrado o autoritarismo político e econômico que cerceava o direito a propriedade além do pesadelo da total intervenção estatal, destacando os binômios comunismo x democracia e

⁴⁴ MARIANI, Bethania. *O PCB*. p.143. Esse imaginário é extraído de jornais europeus.

⁴⁵ MARIANI, Bethania. *O PCB*. Op.cit. 31.

⁴⁶ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda* Op. Cit. 20.

comunismo x liberdade.

Em muitos casos, o anticomunismo é encarado, numa visão simplista, como um fenômeno homogêneo, o que desconsidera as diferentes motivações de variados grupos, os quais muitas vezes, só compartilhavam o combate ao comunismo. Os meios de reprodução do imaginário negativo sobre os comunistas, em nosso caso os jornais, bebiam dessas fontes, mas enquanto agentes e representantes de certos grupos, seus discursos se pautavam também em medos e temores reais do avanço vermelho no país.

CAPITULO II

2. A QUESTÃO AGRÁRIA E A REVOLTA DE PORECATU⁴⁷

A luta pela terra é uma constatação na história da humanidade. No Brasil, a abundância de terra se mostrava como um bom argumento para não haver conflitos armados significativos por ela. Foi apenas em 1850, com a famosa Lei de Terras, a qual, como forma de coibir a apropriação indevida, insere na lei a obrigatoriedade da transação mercantil, compra e venda, como única forma de expansão dos limites territoriais. Entretanto, toda a discussão ainda passava pelo tradicional conjunto latifúndio-monocultura presente no cenário histórico brasileiro desde o período colonial.

A figura do pequeno proprietário foi gradualmente inserida neste quadro a partir do século XX. As crises instaladas no sistema cafeeiro brasileiro nas três primeiras décadas foram tornando cada vez mais complicada a fixação do homem no campo. O crash da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a instauração da Revolução de 1930 foram pontos essenciais para o novo contexto econômico brasileiro. O café entrou numa queda vertiginosa de preço e de competitividade, sendo socorrida por medidas austeras do Estado.

O governo Vargas ascendia com uma proposta de superação do sistema liberal, o qual se mostrava insuficiente para a realidade brasileira incentivando a indústria, com o aumento fabril e de produção interna, e a diversificação dos produtos agrícolas. Para, além disso, a expansão dos limites agrários mostrava-se necessário para a sobrevivência da figura do agricultor. Edgar Carone afirma que houve um movimento de saída das zonas agrárias tradicionais para os centros urbanos, onde havia emprego na área fabril, mas não havia condições urbanísticas de receber essa imensa leva de indivíduos. Ademais, “a falta de trabalho rural, os salários baixos, a falta de perspectiva futura, levam, gradativamente, parte da população do campo em direção a

⁴⁷ Neste capítulo utilizarei os termos “Revolta”, “Batalha” e “Guerrilha de Porecatu”. Isto porque compreendemos que todas são semanticamente satisfatórias, e não cabe aqui a discussão sobre a mais adequada. Além disso, preconizei por conservar o termo utilizado por cada autor. Oikawa faz uma discussão sobre este assunto entre as páginas 317-320 em seu *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*.

zonas rurais novas- Alto Sorocabana, Alta Paulista e norte do Paraná”⁴⁸. Estas novas localidades, algumas delas com baixíssima demografia viveram um período de crescimento agrícola o que trouxe cada vez mais trabalhadores rurais, mas também membros da tradicional oligarquia cafeeira. Muitos usaram de métodos como a grilagem e até a coerção física e psicológica como meio de solapar cada vez mais terra, inclusive aquelas que já pertenciam a posseiros instalados na região. O objetivo deste capítulo é mapear aspectos gerais do conflito que sacudiu o norte paranaense entre 1948-1951, o qual envolveu posseiros, grileiros, polícia, jagunços e o próprio Estado: a Revolta de Porecatu. Almejamos situá-la no histórico da luta agrária e preconizar a sua importância na difusão do anticomunismo no estado paranaense. Utilizamos aqui como referência dos acontecimentos ocorridos em Porecatu os autores Osvaldo Heller da Silva, Angelo Priori e Marcelo Oikawa.

2.1.A LOCALIZAÇÃO DA REVOLTA DE PORECATU NA QUESTÃO AGRÁRIA

Osvaldo Heller da Silva demarca três momentos para trajetória da organização agrária brasileira: 1) o período que abarca os conflitos no norte paranaense durante as décadas de 1940-1950, no qual a Guerrilha de Porecatu(1948-1951) é um marco, dos quais se resultam o início das movimentações sindicais no meio rural; 2) as décadas 1950-1960 onde havia um embate entre qual linha programática seria a hegemônica no campo, a comunista ou a católica; 3) por fim, o período da ditadura civil-militar no qual o sindicalismo agrário ganha contornos conservadores, baseando-se praticamente a ser um prestador de serviços⁴⁹. É em Porecatu a primeira experiência da luta campestre empunhada pelos comunistas, representados pela organicidade do PCB. As novas táticas utilizadas se prestam a confirmar uma mudança de ação do partido frente à imobilidade de ação que o pequeno proprietário do setor rural vivia devido ao imenso poder político e social que carregavam os latifundiários no Brasil. É “mediante palavras de ordem de enfrentamentos direto ao aparelho do Estado e aos grupos dominantes, que os

⁴⁸ CARONE, Edgar. Capitalismo e Crise In: *Brasil: anos de crise(1930-1945)*. São Paulo:Editora Ática, 1991. p. 18.

⁴⁹ SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.p.93.

comunistas lançaram um balão de ensaio de luta de guerrilha rural⁵⁰. Silva enfatiza que uma das principais contribuições do conflito foi à organização dos grupos que ficaram conhecidos como ligas camponesas, apesar desta nomenclatura ter sido consolidadas nas experiências nordestinas. Há consenso na historiografia sobre a quantidade de ligas no norte paranaense: elas totalizavam 12 ligas camponesa⁵¹. Silva define as ligas camponesas como organizações pré-sindicais e afirma que estas passaram uma herança de luta as ligas camponesas do Nordeste. Estas organizações possibilitaram a fixação da presença comunista nestas regiões, não somente pela reprodução do ideário, mas também pela efetividade das ações (os combates).

Com o fim das guerrilhas, os militantes comunistas retomaram, nessa região essencialmente rural, seu trabalho de persuasão entre as camadas sociais menos favorecidos. Após o conflito em Porecatu o PCB transformou a própria política e suas táticas. O extremismo da luta armada pertencia ao passado. Se comprovou a ineficiência do embate armado sem um empoderamento dos sujeitos que combatem. A ideia era que essas populações voltariam a pegar em armas quando tivessem total compreensão de que seus direitos não estavam sendo respeitados.

Oficialmente, o primeiro sindicato do estado data de 29 de Janeiro de 1965, foi o Sindicato dos Colonos e dos Assalariados Agrícolas de Londrina⁵², tendo forte amparo nas ligas camponesas presentes na região. De maneira geral, os comunistas fundaram no Paraná 86 sindicatos no campo. Inicialmente a base sindical do partido era composta por posseiros, assalariados agrícolas, arrendatários e pequenos proprietários. O Partido soube conservar sua influência na política da região para além os embates armados e a perseguição pelos setores conservadores, mesmo na ilegalidade. Atuava ao lado e no interior de organizações consideradas progressistas como o PTB, isto é, o seu contrato era de mão-dupla: por um lado encontrava-se entre os posseiros e, por outro, mantinha-se próximo a algumas camadas das elites, como forma de possuir influência no campo jurídico. Silva afirma que a Guerrilha de Porecatu

⁵⁰ SILVA, Osvaldo H. A foice... Op.cit. 94.

⁵¹ OIKAWA, Marcelo.; PRIORI, Angelo.; SILVA, Osvaldo H.; SILVA.

⁵² SILVA, Osvaldo H. A foice... Op.cit. 94.

seria somente mais um entre outros conflitos pela posse fundiária não fosse a entrada dos comunistas, os quais tornaram os posseiros os protagonistas das inúmeras lutas agrárias que iriam eclodir severamente até o golpe militar de 1964.

Outra novidade que o conflito em Porecatu trouxe em seu bojo é a utilização inédita do termo *camponês* para designar o trabalhador rural. Oikawa enfatiza que

“O termo *camponês* começa a ser usado em Porecatu pela primeira vez no Brasil para designar o trabalhador do campo, proprietário ou não, que desenvolva a agricultura familiar. É uma transposição da linguagem da Internacional Comunista, baseada nas experiências soviética, europeia e da América Espanhola. Traduziu-se simplesmente o termo “*paysan*” ou “*campesino*”. Até então, de norte a sul do Brasil, havia um mosaico de termos regionais para designar o homem do campo: lavrador, peão, sitiante, situante, roceiro, caboclo, caiçara, capiau, guasca, mateiro, sertanejo, tabaréu, burareiro, morador, matuto. Em Porecatu a nova palavra-*camponês*- causa surpresa e estranheza aos proprietários rurais e também à imprensa”⁵³

Este aspecto é significativo por inserir, nominalmente, o habitante do campo no cenário das lutas sociais. A façanha de inserir o agente *camponês* no seio do processo revolucionário possibilitou ao Partidão a ampliação de sua base militante, além do alargamento do seu local de luta. Complementando este fator salientamos a primazia do conflito na tão almejada aliança operário-camponesa⁵⁴, desejada desde o começo das atividades do partido, mas só efetivada, de fato, com o engajamento partidário na guerrilha paranaense.

2.3.A LEI, A POSSE E A PROPRIEDADE DA TERRA

Os trabalhadores rurais, no período anterior a década de 1930, foram historicamente silenciados por leis que enfatizavam a preponderância do latifundiário. A primazia do latifúndio induziu a produção de leis que beneficiassem o grande produtor e desconsiderasse a presença do pequeno proprietário, aspecto somente modificado pela nova legislação aplicada pelo

⁵³ OIKAWA, Marcelo. *Porecatu...* Op.cit..95.

⁵⁴ OIKAWA, Marcelo. *Poercatu...* Op.cit.17.

presidente Getúlio Vargas com sua política de expansão dos limites agrários em direção ao interior do país.

A Lei de Terras, de 1850, foi o início de uma legislação sobre a propriedade, ela garantia que a terra somente seria adquirida mediante a transação mercantil da compra e da venda, garantindo uma paralisação da expansão territorial. Isto era necessário pela deficiência do Estado em garantir a coibição da grilagem e dos vazios demográficos. As terras do interior paranaense até início do século XX eram quase inabitadas, por ali havia uma quantidade de caboclos e algumas populações indígenas. Com a Proclamação da República e com a promulgação da Constituição Federal de 1891, seguindo o Artigo 64, o qual garantia a transferência do domínio das terras devolutas⁵⁵ da União para o Estado. A Constituição do estado do Paraná, a lei nº 68 de 29 de dezembro de 1892, alinhada ao Artigo 64, legislava sobre “o registro, validação, legitimação, venda, aforamento e discriminação de terras bem como princípios básicos de colonização de novas áreas por empresas nacionais ou estrangeiras”⁵⁶. Ambas as leis enfatizaram a aquisição de terras restritamente mediante a compra ou transmissão de seu domínio útil sob a forma de aforamento⁵⁷. A lei paranaense foi uma clara decorrência da nacional de 1850. Por meio dela, o governo afirmou que poderia alienar as terras dentro de seus domínios, para aqueles que se propusessem, pelo trabalho, torná-las úteis ou, então, prestar algum serviço que viesse a beneficiar a região e a sociedade do estado. Por meio dessa conduta, o governo não possuindo capital suficiente para uma fiscalização mais rígida, repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas, com intuito de colonizar o interior do Estado⁵⁸.

Seguindo o processo de colonização de suas terras, o governo do estado editou em 11 de junho de 1907, o Decreto nº 218, estabelecendo os princípios para a formação de núcleos coloniais no Paraná, destacando a formação de núcleos por particulares para além das já estabelecidas por empresas. O acordo dá-se no ponto em que o Estado concede uma gleba ao

⁵⁵ São extensões de terra sem um proprietário ou expropriadas pelo Estado.

⁵⁶ Apud COSTA, Odah, 1974, 1977; WESTPHALEN, Cecília, 1968. PRIORI, Angelo. Op.cit.20.

⁵⁷ PRIORI, Angelo. *O Levante dos Posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011. p. 22.

⁵⁸ Idem.

concessionário, o qual não assumirá nenhuma despesa oficial até a formação integral da colônia. Enquadram-se nesta cláusula os núcleos coloniais de formados por imigrantes estrangeiros e brasileiros, tendo como única exigência a necessidade do adquirente ter boa conduta e dedicação ao trabalho e a família. A imediação do núcleo deveria estar em terras férteis e onde possuísse facilidade de escoar a produção agrícola. Cerca de dez anos depois, foi promulgada a lei nº 1642 de 05 de abril 1916, a qual tinha por objetivo facilitar a demarcação de lotes para assentamento de trabalhadores nacionais e estrangeiras para quem requeresse diretamente do Estado, sem intermédio de empresas particulares⁵⁹. A partir desta lei inúmeras glebas de terras devolutas foram concedidas a particulares, principalmente ao Norte do Estado, na região entre os rios Paraná, Paranapanema, Tibagi e Ivaí devido a excelência das terras deste perímetro.⁶⁰ O período entre 1916 a 1931 marcou a realização de muitas concessões, muito delas na região ao norte.

A *Paraná Plantition Limited*, de capital inglês, passa a funcionar no país mexendo com negócios de terras. A *holding* cria a *Companhia de Terras Norte do Paraná*⁶¹. Esta empresa priorizava a construção de estradas para fácil acesso a centros urbanos, investiam pesado em propaganda como forma de atrair colonos nacionais. Teve um papel fundamental na distribuição de lotes na região de Porecatu. Além disso, promoveu o mais ávido projeto de colonização do centro-sul do país atraindo milhares de famílias de pequenos proprietários e de trabalhadores para região, originários de São Paulo, Minas Gerais e estados do Nordeste. Vejamos o exemplo de Maringá:

“MARINGÁ: A Companhia de Terras Norte do Paraná comunica ao público que ultimando os trabalhadores de loteamento do Patrimônio de Maringá brevemente iniciará a venda de datas na futura cidade que será uma das mais importantes do Paraná. Acha-se magnificamente situada no Alto Espigão Ivaí- Paranapanema, com altitude de 600 metros, já servida por ótima rede de estradas de rodagem e, em futuro próximo, pela Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, cujo traçado prevê a estação da futura cidade. As

⁵⁹ Todas as leis aqui apresentadas foram extraídas de PRIORI, Angelo. Op.cit.23,31 e 33.

⁶⁰ PRIORI, Angelo. *O Levante*. Op.cit. 34.

⁶¹ PRIORI, Angelo. *O Levante*. Op.cit.26.

terras da circunvizinhança são valoradíssimas, existindo nelas muitas lavouras cafeeiras e de cereais”⁶²

O Estado do Paraná criou em 1928 o Departamento de Terras e Colonização (DTC), responsável por solucionar as questões relativas ao projeto fundiário e a colonização do território. A criação deste órgão já apresenta a importância que a questão da terra adquiriu desde o começo do século. Com a instauração da Revolução de 1930 e com a nomeação de Manoel Ribas, abriu-se uma sindicância para apurar possíveis irregularidades na política de colonização do estado, tendo em vista a importância que o projeto possuía para o governo nacional. O interventor Ribas, em um relatório ao presidente da República, verificou e constatou inúmeros casos fraudulentos e a proliferação da grilagem na região⁶³. Tal resultado teve como consequência a quebra de vários contratos por não cumprimento das cláusulas contratuais. Desta forma o discurso sobre a concessão a particulares se inverte, o que antes era visto como algo que traria somente o progresso ao estado, torna-se motivo de preocupação.

Em Decreto estadual nº800 de 08 de abril de 1931⁶⁴, o concessionário não é mais aquele indivíduo ou empresa que recebe uma gleba de terra para revendê-lo a terceiros, mas passa a ser diretamente aquele que tem terras compradas do Estado, seja de terras devolutas ou de um lote colonial. Fica claro neste decreto o enfoque no pequeno produtor. Tanto o comprador de terras devolutas quanto o posseiro, neste momento, igualam-se em condições. Estabelece-se que o concessionário deve requerer, no máximo, 200 hectares por no mínimo 18 mil reais por hectare tendo em acréscimo conforme localização e qualidade da terra⁶⁵. O comprador do lote colonial pagava mais caro pelo hectare por já haver infraestrutura. Neste íterim, o Departamento de Terras ganha tamanha importância que se torna o principal órgão do governo a partir de 1939.

⁶² MARINGÁ. *O Diário da Tarde*, 14 de janeiro de 1947.

⁶³ PRIORI, Angelo. *O Levante*. Op.cit.29 e 30.

⁶⁴ PRIORI, Angelo. *O Levante*. Op.cit.33.

⁶⁵ Idem.

2.4.O CAMPO, O POSSEIRO E O GRILEIRO- AS QUESTÕES JURÍDICAS

O Paraná teve no mínimo 20 grandes grilos entre as décadas de 30 e 40⁶⁶. Em um relatório da Interventoria Federal do Paraná ao presidente no final da década de 1930, Manoel Ribas totaliza as áreas griladas num total de 2.434.567 alqueires, correspondendo a cerca de 20% do território paranaense⁶⁷. O projeto de Vargas de estabelecimento da pequena propriedade como constante no meio rural brasileiro identifica na grilagem um empecilho. A legislação limitava a possibilidade de propriedade a 3000 hectares, a falsificação de documentos tinha o intuito de burlar essa regra do Decreto nº800 de abril de 1931. Outro subterfúgio é o método da Sisa⁶⁸ e da “dilação de área com fundamento em título legítimo”⁶⁹, além da tática da subdivisão do grilo⁷⁰ como disfarce a legislação. Através destas táticas foram criadas os grilos “Boa Ventura”, “Guavirova”, “São Manoel”, “Pirapó”, “Bandeirantes”, como o “Ribeirão Vermelho”, um dos grilos que se envolvidos nos conflitos na região de Porecatu.

Em 05 de junho de 1950, Jerônimo Inácio da Costa e outros proprietários entraram com uma Ação Ordinária de Reivindicação de Posse contra José Billar por afirmar que este estava ocupando uma área que lhes pertencia. Jerônimo da Costa e os demais autores do processo garantiram, através de documentação anexada, que adquiriram as terras ocupadas pelo posseiro, de Ricardo Lunardelli, em 30/12/1948, sendo lavrado no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da comarca de Sertanópolis⁷¹. As glebas encontravam na localidade denominada “Ribeirão Vermelho”.

A trajetória dessa gleba é curiosa: Ricardo Lunardelli adquire-a em 07 de agosto de 1942 do Governo do Estado Rio Grande do Sul, concessionário do acervo material do antigo Banco Pelotense, e partes adquiridas de Mário Bastos Cruz em 13 de dezembro de 1945. Mário Bastos Cruz adquire as terras do estado Paraná em 26 de maio de 1945. Em 1925 a empresa Alvorada de

⁶⁶ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.37.

⁶⁷ OIKAWA, Marcelo. *Porecatu ...*Op.cit. 47.

⁶⁸ Antiga designação para Imposto de Transmissão de propriedades, normalmente falsificados para obtenção de terras em litígio.

⁶⁹ Expandir o território por ter feito benfeitorias para áreas além das suas.

⁷⁰ Subdividir em pequenas propriedades, disfarçando a imensidão da totalidade da área.

⁷¹ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.65.

Colonização- vende 910,7 alqueires para Banco Pelotense. Em 01/08/1941 por ter sido extinta o banco revende ao estado Rio Grande do Sul a área que lhe pertencia. O Estado rio-grandense já possuía duas grandes áreas. Todas essas áreas foram repassadas a Ricardo Lunardelli no dia 06/08/1942. No mesmo dia foi recolhido 32:902\$500(trinta e dois contos, novecentos e dois mil e quinhentos réis)

Na escritura lavrada em 7 de agosto de 1942 da mesma operação, a venda dá-se por 2.140 alqueires e com o valor de 438:700\$000(quatrocentos e trinta e oito contos e setecentos mil réis) de terras localizadas exatamente no antigo grilo Ribeirão Vermelho. Duas observações podem ser tiradas: a primeira é que a falcatura documental é evidente dada divergência nos documentos na área total e na soma total de pagamento; e podemos constatar, também, que as glebas em discussão foram terras devolutas e eram do estado até o ano de 1942. A outra transação realizou-se em 26 de maio de 1945, no qual o estado aprovou a “revalidação de direito” de uma área 821,83 alqueires paulistas requerida pelo senhor Mário Bastos Cruz, assim, em 11 de julho de 1945 é emitido o “título de domínio pleno de terras” pela Comarca de Sertanópolis. A venda a Ricardo Lunardelli é efetuada em 13 de novembro de 1945, pelo valor de CR\$1.150.562,00(um milhão, cento e cinquenta mil e quinhentos e sessenta e dois cruzeiros)⁷². O Sr. Cruz morreu antes de lavrar os documentos, mas seus herdeiros não tiveram problemas em continuar e consumir a negociação.

As terras em litígio estavam localizadas no grilo “Ribeirão Vermelho” ou “Fazenda Floresta” como também era conhecida, uma antiga concessão de Antônio Alves de Almeida compradas diretamente do Estado. Ao comprar as terras de Lunardelli, Costa assinou um termo que lhe garantia a entrega das terras sem nenhuma intrusão, ao que, como já sabemos, não é verificável devido a presença de Billar na região. A constituição Federal de 1946, em seu artigo 156 e a Constituição do Estado do Paraná, do mesmo ano, atestavam ao trabalhador rural que desenvolve-se cultura efetiva e morada habitual nas determinadas posses localizadas em terras devolutas, a preferência na compra

⁷² PRIORI, Angelo. *O Levante* Op.cit.71.

dessas terras. Tal lei foi coerente com o momento, pois servia para desenvolver a colonização e facilitar a fixação do homem no campo harmonicamente combinada com a política econômica lançada e incentivada pelo governo federal de aumento de produção de alimento para o consumo interno e de café para a exportação.

As terras devolutas eram, na região ao norte do estado, sinalizadas por uma tabuleta localizada no barranco do Ribeirão Capim próximo as margens do rio Centenário. Neste ínterim, cerca de 300 famílias de agricultores do interior de São Paulo- Regente Feijó, Rancharia, Presidente Prudente e Jaú em sua maioria- chegaram a região em maio de 1941 e ocuparam terras na margem do Paranapanema que imaginavam serem devolutas.

“No mês de maio de 1941, um grupo de pequenos proprietários e empregados de fazenda do município de Regente Feijó, estado de São Paulo, ficou sabendo que o Governo do Estado do Paraná estava distribuindo terras virgens as famílias de agricultores que pretendessem cultivá-las. Assim sendo e liderados pelo agricultor Hilário Gonçalves Padilha, esse grupo se embrenhou no sertão paranaense, indo se localizar em terras situadas na bacia do Ribeirão Centenário”⁷³

Ao chegarem lá iniciavam um processo de benfeitorias na própria posse, movimento concomitante a busca de meios legais de regularização da posse. Os posseiros apelavam, ao pedirem a propriedade da terra, ao “justo título” da terra, isto é, por já estarem instalado a certo tempo no local e por ter realizado benfeitorias. Dentre estas famílias encontravam-se os Billar, os quais segundos os registros da Comarca de Porecatu chegou a possuir uma plantação de cerca de “17.200 pés de café, 5 alqueires de pasto, 800 metros de cerca, mangueirão, 4 casas cobertas de tabuinhas tendo um paiol cada além plantar inúmeras arvores frutíferas, construir estradas e pontes entre outras benfeitorias”⁷⁴. Os posseiros sempre tiveram o cuidado de solicitar a regularização de suas posses, o próprio Billar e outros posseiros dirigiam-se até a 4ª inspetoria de terras do estado do Paraná para pedir o efetivo direito sobre elas no dia 04 de janeiro 1942, não há registro de que foram analisadas. A promessa de regularização era uma tônica nas regiões de litígios, várias

⁷³ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit 74.

⁷⁴ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op. cit.72-77.

vezes o governo firmou o acordo de loteamento, como em 1945, quando o Estado começou a lotear a área, no entanto, tal ação foi voltada para os grandes fazendeiros que procuravam a região devido à intensa propaganda. Em dezembro do mesmo ano, o governador do estado esteve na região e garantiu que se os posseiros continuassem cultivando e fosse constatado que aquelas terras não eram suas, os lavradores seriam compensados com a preferência na compra de outras localidades do estado. Iniciassem um processo de loteamento a partir dos barrancos do Ribeirão Capim, o loteamento totalizava uma área de cerca de 1000 alqueires divididas em lotes de 40 alqueires cada. Das 300 famílias iniciais apenas 5 foram beneficiados com lotes, todavia, posteriormente, o loteamento foi suspenso e estabeleceu-se um novo projeto com loteamentos de 200, 300 e até 400 alqueires, voltada a grandes fazendeiros. Esta novidade provocou um alvoroço tendo como consequência a intensificação do interesse de grandes fazendeiros paulistas pela região⁷⁵

A briga na justiça se arrastava. Os posseiros tiveram a precaução de contratarem advogados, porém o processo não obteve êxito. O único argumento utilizado pelos posseiros era que as terras ocupadas pertenciam ao estado do Paraná, ou seja, devolutas e que sua posse era legítima. Os proprietários contra-argumentavam que houve má-fé dos posseiros que decidiram empossar a terra antes de pedir sua regularização propositalmente além o não-cumprimento do contrato assinado com Ricardo Lunardelli. Priori argumenta que o clima contínuo de coação psicológica ou violenta que estes posseiros sofriam desconstrói totalmente essa ideia de “má-fé”, pois a resistência e a luta são resultados de uma necessidade de reação⁷⁶. Infelizmente, os argumentos dos fazendeiros saíram vencedores. Foi o início do cerco montados pelos fazendeiros, grileiros, jagunços e policiais em sua frente jurídica.

Em 20 de julho 1951 as partes referenciadas no processo sobre as posses no grilo “Ribeirão Vermelho” chegaram a um acordo amigável que consistia em: os autores retiravam a ação da justiça e indenizavam a família do

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ PRIORI, Angelo. O Levante...Op.cit. 78-82.

posseiro com um valor de trezentos mil cruzeiros pelas benfeitorias e outros serviços realizados na posse, os posseiros se comprometiam a abandonar a área assim que terminassem a colheita de café e cereais⁷⁷. Paralelamente, ocorreu um conflito armado na região entre posseiros e fazendeiros/grileiros que foi reprimido por tropas militares e agentes do DOPS entre junho e agosto de 1951.

2.5.O ACIRRAMENTO DA VIOLÊNCIA E A COMISSÃO DE TERRAS

Em 1945 engenheiros e agrimensores do governo chegaram a região de litígio para demarcar lotes de 40 alqueires para cerca de 300 famílias, mas apenas 5 conseguiram. Moysés Lupion passa pela região comprometendo-se a resolver o problema, entretanto logo percebeu-se o engodo, evidenciou-se a relação do ato com a eleição de Lupion, o qual posteriormente, por uma mudança de tática política, mandou dividir as terras em alqueires de 200, 300 e 400 alqueires, como já dito anteriormente. Ele mesmo era um influente grileiro e dono de companhia de colonização⁷⁸. Mesmo já havendo tensionamento no período anterior, foi com o mandato de Lupion que a questão fundiária se intensifica⁷⁹. Grande parte deste acirramento deve-se ao fato da estreita relação de amizade do governador com os latifundiários e grileiros da região. Oikawa afirma que o sob o governo de Lupion, a questão de venda de terras é tratada como moeda de troca para apoios políticos⁸⁰.

O período de 1948 a 1951 foi marcado pela organização armada dos posseiros contra a intensa coação por parte da polícia e pela violência não legal dos jagunços. O acirramento do conflito, partindo para fins de enfrentamento direto foi caracterizado pelo conhecimento dos posseiros da necessidade da reação armada como único meio de resistência. Segundo Priori “a violência e a intimidação são mecanismos utilizados tanto por grileiros quanto pela polícia e até pela própria justiça, cujo objetivo é desmobilizar os posseiros e expulsá-los de suas terras”⁸¹. Começamos com uma das últimas

⁷⁷ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.88-89.

⁷⁸ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.118.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ OIKAWA, Marcelo. *Porecatu...* Op.cit.73.

⁸¹ PRIORI, Angelo, *O Levante...* Op.cit 82.

empreitadas desenvolvidas pelo Estado para contenção dessa violência: a retomada da Comissão de Terras.

O governador Bento Munhoz da Rocha Neto instituiu em 1951 um órgão na tentativa da dissolução do imbróglio constituído em Porecatu: a Comissão de Terras, cujo o objetivo era resolver os conflitos dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas. A Comissão de Terras- com o acirramento dos conflitos na região o governador, recém eleito, fez publicar em 15 de abril 1951 o Decreto lei nº 491 declarando de utilidade pública e interesse social para o fim desapropriação⁸², as terras situadas nos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas, A função era fixar o homem na terra e reduzir o imenso êxodo das populações rurais, em curso naquele momento⁸³. Priori sintetiza desta forma a ação do órgão:

“O trabalho da comissão que ouviu em torno e 500 posseiros nas localidades de Porecatu, Centenário, Jaguapitã e Guaraci, tinha um objetivo bastante definido e que ia, de certa forma, em sentido contrário ao estabelecido pelo Decreto Governamental que a instituiu. Segundo seus membros, por sina todos grandes proprietários de terras, os posseiros não poderiam permanecer nas posses,” por ser acharem estas em terrenos e propriedades particulares”. Assim sendo, propunham que eles fossem previamente indenizados por suas benfeitorias e transferidos para terras férteis,“ cada qual localizado em seu lote”, em que outras regiões do Estado, já que isso, imaginava a comissão, atendia aos direitos dos posseiros e muitos estavam recebendo as terras sempre prometidas pelo diversos governos estaduais”⁸⁴

Mas nem tudo saiu como o esperado, pois os agentes do governo e os grileiros não contavam com a resistência [tão bem] organizada e a recusa dos posseiros em abandonarem suas posses, por força daquele órgão. A reação negativa por parte dos posseiros dava-se, quase que exclusivamente, em sair de suas terras e serem realocados em alguma região mais inóspita, onde teriam um novo esforço para torná-la habitável.

⁸² O ineditismo dessa lei dá-se em razão do fato que trata a questão da terra como um assunto de interesse social e não apenas jurídico. De forma mais clara, a propriedade é entendida como direito social e não apenas um privilégio mercantil.

⁸³ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit. 104.

⁸⁴ Idem.

Em 14 de maio de 1951 a Comissão interrompe suas atividades por atestar a periculosidade de sua função ao “percorrer as propriedades, fazer avaliações executar acordos entre posseiros e proprietários e tratar da remoção de famílias destinadas a outras zonas”⁸⁵, tudo sob a possibilidade de violência física. A argumentação oficial cita a presença comunista no cenário estabelecido. A comissão acusava o PCB de dificultar o seu trabalho, pois este

“aproveitando-se dos ‘**humildes posseiros**’ e da situação conflituosa que eles estavam vivendo os comunistas conseguiram arquitetar um movimento para estabelecer a ‘**desordem**’ e o ‘**terror**’ na área, “tudo com o fito de que não se resolva o problema social que existe, permanecendo assim o foco de agitação tão propícia à luta de classes”.**[grifo nosso]**”⁸⁶

É interessante o enfoque no “agente externo” dado pelo discurso oficial, alegando a este o ambiente de instabilidade, justificando a necessidade da militarização na área como única forma de encarar o forte teor subversivo da resistência.

Na contrapartida o PCB fazia circular, desde de 1948, ano de sua entrada no embate, várias críticas ao governo e aos latifundiários. Em seus inúmeros canais de comunicação, fazia a leitura do decreto, instituindo a comissão, como demagógico já que Bento Munhoz da Rocha Neto o fez para satisfazer eleitores devido promessa feita em época de campanha. Segundo os comunistas, o decreto não atacava o grande latifúndio, a raiz do problema. Além disso, o decreto foi intencionalmente direcionado aos municípios com melhor organização do campesinato. A crítica voltava-se também a própria comissão por ser composta por membros comprometidos com o latifúndio e não atentos a resolução do problema dos posseiros⁸⁷.

A reação armada foi uma contrapartida de um agressivo processo de violência institucional no campo jurídico e físico advindo nos papéis sociais da polícia e dos jagunços, essencialmente, “a violência e o conflito gera[ra]m [a] resistência”⁸⁸. Priori destaca que “ A violência tem permeado todo o processo de expulsão dos camponeses de suas posses. E a intimidação e a coação,

⁸⁵ PRIORI, Angelo. *O Levante...*Op.cit.106.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ PRIORI, Angelo. *O Levante...*Op.cit. 109.

⁸⁸ PRIORI, Angelo. *O Levante...*Op.cit. 112.

como o estupro de mulheres de filhas de camponeses são mecanismos cotidianos na área de fronteira”⁸⁹.

A “epopeia” vivida pelos posseiros da região torna-se compreensível frente ao poder de persuasão obtida pela propaganda de colonização das terras ao norte do Paraná. A credibilidade dada foi resultado de um convencimento de que aquelas terras devolutas proporcionariam a instabilidade que sonhavam, deixando seus empregos em grandes fazendas para a esperança de obter sua própria propriedade. Não se tratava de uma aventura. O principal motivo da migração sem dúvida era a terra⁹⁰. O pensamento se fundamentava nos seguintes passos- a posse, a regularização e o direito a propriedade da terra⁹¹. Fora bem publicizado em todo extremo Oeste Paulista que terras a margem esquerda do Paranapanema eram devolutas, o que chamou a atenção de muitos, os quais procuravam informações com advogados da região para atestar a veracidade da informação.

2.6A GUERRILHA, AS LIGAS CAMPONESAS E O COMANDO DO PCB

Priori destaca que a imprensa à época denominou o conflito armado na região as margens do Paranapanema de “Guerra de Porecatu”, a qual a imprensa só deu credibilidade ao fim do ano de 1950. O historiador compreende que a visibilidade dada ao episódio é por se tratar de um embate no campo, aliás, este é o embrião dos conflitos agrários que se sucederam, enquanto um precedente de organização de sujeitos do campo⁹². Tendo em vista isto, vejamos alguns aspectos gerais do acirramento do conflito.

Podemos identificar como primeiro ato de impacto para o acirramento do embate a solicitação realizada por Antonio Ângelo, suposto proprietário da Fazenda Palmeira, em 02 de janeiro 1947 ao major Euzébio de Carvalho, delegado em Porecatu, o qual invadiu a posse de Francisco Lourenço Figueiredo conhecido pela alcunha de “Quiabo” que foi preso arbitrariamente além de intensamente espancado. No dia 04 de janeiro 1947, no perímetro da

⁸⁹ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.93.

⁹⁰ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.112.

⁹¹ Idem.

⁹² Tal afirmação encontra-se na introdução de sua tese, da qual foi adaptada seu livro homônimo.

Fazenda Tabapuã de Ricardo Lunardelli, João, Mário e Arlindo Billar, além de Lázaro Bueno, o Lazão, foram apreendidos, espancados, presos e coagidos, sob a ameaça de morte, a assinar “acordos amigáveis” com os grileiros. A partir de então, o major já trazia a tira colo dois jagunços conhecidos da região por Mineiro e Celestino que trabalhavam para determinados grileiros e auxiliavam a força polícia com seus conhecimentos sobre a região e com suas presenças intimidadoras. José Billar foi preso em 10/01/1948, sendo torturado e obrigado a assinar um acordo, no qual aceitava 28 mil cruzeiros sobre as benfeitorias e mais a colheita daquele ano, após liberado ele não cumpriu o acordo e impediu juntos com outros posseiros armados, que funcionários de Lunardelli já iniciasse a derrubada da mata em sua posse⁹³. A tática utilizada como no caso de Billar era pagar valores insignificantes e entregar os bilhetes para levarem ao Inspetor de Terras na cidade de Londrina, Sr. Odilon Borges de Carvalho, para que lhes conseguissem terras devolutas em outra localidade.

O ambiente durante o ano de 1947 torna-se a cada dia mais hostil. O primeiro conflito armado, de fato, data de 28/08/1947, no qual doze homens armados comandado por Antonio Barboza invadem uma fazenda em Guaraci e tentam expulsar os posseiros que ali residiam, o embate teve saldo de quatro mortes. Outro fato contribuiu com maior intensidade para o acirramento: o jagunço Celestino fuzilou uma das lideranças dos posseiros de Jaguapitã: Francisco Bernardo da Liga de Lavradores da Liga de Jaguapitã. Bernardo tinha sido pioneiro ao viajar ao Rio de Janeiro e a capital do estado para uma resolução diplomática da questão do conflito de terras na região. Ao retornar, após as viagens, Bernardo foi emboscado pela polícia de São Paulo, sob o pretexto de evitar sua fuga suas pernas foram quebradas, foi entregue aos jagunços, os quais o torturaram e o assassinaram. Este acontecimento foi decisivo para a organização por parte dos posseiros⁹⁴. A organização armada dos camponeses ganha envergadura por dois fatores: a criação das ligas camponesas e o envolvimento do PCB no conflito.

As Ligas Camponesas serviam como embrião da resistência armada, não eram ligas de fato, já que originalmente não levavam este nome.

⁹³ Todos este exemplos foram extraídos em: PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit. 119-120.

⁹⁴ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.122.

Chamavam-se de associações de lavradores. A primeira citação a formação de uma liga no estado data de 1944. Foi na localidade de Ribeirão do Tenente, onde um grupo de 270 famílias representadas por Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha (Itagiba) e José Billar. Pouco tempo depois já existiam um liga em Guaraci com cerca de 200 famílias sob a liderança de Manoel Marques da Cunha. A finalidade desses agrupamentos era clara: a legalização da posse da terra. Em 1946 um grande ato organizado pelas Ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água de Pelotas, Cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim reunindo cerca de 1500 pessoas bloquearam a estrada de ligação entre Presidente Prudente e Londrina. O objetivo era sensibilizar os políticos para a situação instável da região e a legalização imediata das terras dos posseiros. O ato proporciona a criação de um sentimento de solidariedade para com aqueles camponeses, além garantir uma grande publicização da situação dos posseiros. Foi neste momento que se articulam os primeiros contatos com o PCB.

O Partidão teve um papel muito relevante no conflito por ditar a linha da organização armada. A região contava com o Comitê Municipal de Jaguapitã, através de dirigentes como Arildo, Angelo, Miguel e Mercedes Gajardoni, uma família de comunistas. Os primeiros grupos armados datam de novembro de 1948, isto deveu-se a um processo de convencimento dos agentes comunistas sobre os posseiros, demonstrando que a única saída que lhes restava era a luta armada. O PCB de Jaguapitã recorreu ao Comitê de Londrina, mas garantir a organicidade entre posseiros e comunistas. O farmacêutico Angelo Gajardoni levou ao vereador londrinense Manoel Jacinto Corrêa, do PTB, reconhecidamente militante comunista, os tensionamentos e as injustiças ocorridas na região em litígio. Constatado a gravidade do conflito ali existente, o Comitê de Londrina sugere ao de Curitiba um apoio efetivo do partido aos posseiros⁹⁵. É interessante a ação da família Gajardoni, a qual trocou sua farmácia em Jaguapitã por dez alqueires de terras de mata virgem na região de Porecatu, priorizando por uma atuação aproximada com os posseiros. Este interesse e aproximação por parte do PCB foi motivada em parte pela cassação dos direitos eleitorais e de seus deputados, os quais, ficando clara a

⁹⁵ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.128.

impossibilidade da luta por via eleitoral, priorizaram o engajamento na luta “pela via revolucionária”. Podemos citar com segurança que essa postura pode ser refletida a partir dos Manifestos de 1948 e, principalmente, de Agosto de 1950. No primeiro, é conhecido o erro estratégico, denominado de “guinada a direita”, no qual o partido priorizou a via eleitoral juntamente com a conciliação de classes, tendo evidenciado o anti-imperialismo e a luta revolucionário como linha programática. Na carta de Prestes de 1 de agosto de 1950, o partido reafirma a aproximação com o PC Soviético, o anti-imperialismo, a priorização da luta armada como meio revolucionário e a ação no campo, contra o latifúndio⁹⁶

Foi neste momento que se intensificou a movimentação de militantes do partido na região como o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Câmara, além do próprio Manoel Jacinto Corrêa, levando roupas mantimentos, remédios e dinheiro. Esse auxílio fortaleceu o ímpeto dos posseiros, tornando os comunistas agentes importantes na orientação da luta ali deflagrada. Foi em novembro de 1948 que o PCB assumiu, de fato, a organização da luta armada, convencendo os posseiros que o único meio para defesa efetiva das suas terras era o recurso das armas, este convencimento dava-se em reuniões semanais realizadas normalmente na casa de Itagiba. Nestes encontros distribuíam jornais, panfletos e boletins com matérias sobre a luta dos camponeses pela terra ao redor do mundo. Também havia uma articulação para arregimentar cada vez mais camponeses para a luta mediante atividades de lazer, na qual enveredavam para o debate político e destas para as reuniões das ligas⁹⁷.

A resistência deu-se em duas frentes: a armada, em grupos reduzidos de pessoas, mas rigorosamente disciplinados e fortemente comandados; e a legal, composta por centenas de camponeses procurando seus direitos por vias jurídicas. Cada grupo armado encontrava-se em locais estratégicos da área de conflito. O primeiro grupo se localizava na posse de Billar, o segundo na posse de Itagiba e o terceiro na cabeceira do Ribeirão Centenário. Além de um quarto com a função de fazer a ligação entre os grupos, além do Comitê Municipal do

⁹⁶ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido...* Op.cit.107; OIKAWA, Marcelo. *Porecatu...* Op.cit.378.

⁹⁷ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.133.

PCB em Jaguapitã e o zonal em Londrina. Os grupos eram formados por, no máximo, oitos posseiros, é curioso o fato que mesmo sendo poucos, demonstravam tanto conhecimento sobre a região que produziam uma sensação de possuírem mais indivíduos. A imprensa da época noticiava o a quantidade de 300 a 500, até centenas de envolvidos. Todos utilizavam condinomes como “Machado”, “Orozimbo” e “Jordão”.

O dito armamento era restrito as algumas carabinas e espingardas. A sofisticação do arsenal dos resistentes dava-se por duas vias: por recuperação do armamento utilizado pelos emboscados e por auxílio do Comitê Zonal do PCB em Londrina. Além da defesa contra a polícia e jagunços, os grupos tinham a função de “limpar” as posses de qualquer agente mandado pelos fazendeiros para forçar a saída dos posseiros, isto é, normalmente quando os posseiros saíam temporariamente de suas terras, vários proprietários mandavam para lá trabalhadores para derrubar casa, cerca e mexer com a plantação, como forma de coerção. Estes trabalhadores eram retirados pelos grupos armados, majoritariamente pela via pacífica, sendo raramente utilizada a força.

A força policial era considerada fácil de desbaratinar, caso contrário dos jagunços, os quais conheciam a região e muitas vezes utilizam das mesmas táticas dos posseiros, havendo paridade na luta⁹⁸ Apesar de haver lideranças estabelecidas e respeitadas, nessas ligas as questões referentes a estratégias e táticas eram tiradas coletivamente através de votação, como no caso da vingança e o justicamento do jagunço Celestino. Em grupo de 18 indivíduos, houve 15 votantes a favor e 3 abstenções. Aliás, a coragem deste ato proporcionou uma notoriedade e reconhecimento com as famílias camponesas que viam naqueles grupos apenas aventureiros.

Inúmeros embates ocorreram, tendo exemplos como as emboscadas realizadas no dia 10 de outubro de 1950, com saldo de 6 mortos e 11 feridos entre posseiros, policiais e jagunços. A luta se amplia, e os embates armados compõem juntamente a ações de visibilidade como a obstrução da estrada Paralela 38, Porecatu-Centenário. Tanto a chegada do Capitão Carlos, um

⁹⁸PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.150-151.

membro conhecido do Partidão, para auxiliar na luta como a montagem de um acampamento militar na posse dos Billar, deram uma feição cada vez mais rigorosa a guerrilha. Neste acampamento foram discutidas as estratégias de resistência e as táticas de lutas de forma cada vez mais coordenada. O Departamento de Polícia Política e Social (DOPS) chegou tardiamente a região, isto deveu-se ao fato que não estavam habituados ao combate em mata.

2.7.O DESFECHO

Ao se referenciar a José Billar, o delegado de Porecatu, Walfreado de Miranda Assy, define-o como um “homem que cultua ideias bolchevistas”. Ao focar o olhar nas lideranças, o delegado, representante da força policial, compreende o processo armado como uma bem arquitetada campanha de infiltração comunista. É necessário ressaltar que há o reconhecimento que não foi o PCB que iniciou o conflito, mas a situação muito lhe beneficiou. Segundo o delegado o desmantelamento deveria iniciar com um ataque ao núcleo pensante da revolta, que estava representada pelo Comitê Zonal de Londrina. A presença dos comunistas no cenário político de Londrina dava-se em razão da significativa força social que possuíam. Como já mencionado no capítulo anterior, com a cassação dos direitos políticos do partido, mas não de seus militantes, os comunistas adentraram a outras fileiras políticas como modo de prosseguir com a atuação política já existente. Exemplo disso é a forte presença comunista no Partido Trabalhista Nacional, o qual o comitê municipal de Londrina foi inaugurado pelos vermelhos em 1951⁹⁹. Foi lá o início das operações para o desmonte da resistência, houve inúmeras prisões em Londrina, inclusive de Celso Cabral de Melo, o Capitão Carlos, demonstrando a desestruturação do movimento com a perda de um de suas lideranças.

Em junho de 1951, a polícia do estado do Paraná convidou a Eduardo Louzadas Rocha, delegado da DEOPS-SP especializado em atividades de esquerda na capital paulista para atuar com o desmanche do conflito no norte paranaense. A tática usada pelo delegado Rocha foi espalhar entre os

⁹⁹ PRIORI, Angelo. *O Levante...* Op.cit.167-179.

posseiros da região, como forma de chegar aos envolvidos no conflito, o argumento que os comunistas eram oportunistas e estavam apenas usando-os, assim forçando que restassem na luta apenas os “militantes” do partido. Junto com esta tática fez-se um mapeamento do conflito, constatando-se que embrenhados na mata não passavam de cerca de 100 homens empunhando armas, contradizendo as estimativas megalomaniacas da imprensa. Esse projeto foi facilitado com a revelação de todo esquema, baseando-se na delação do “Capitão Carlos” em juízo. Este ato foi um golpe que solapou a resistência dos resistentes. O fim estava próximo.

O evento-chave para o término do conflito deu-se na ocupação da Vila Progresso, em Porecatu, no dia 21/06/1951. Às sete da manhã, 12 veículos e cerca de uma centena de soldados rumaram pelo Parelo 38, onde houve uma ocupação de todas posses e a perseguição a todos envolvidos no conflito, usando de táticas próprias contra emboscadas, baseadas em grande parte pela delação do “capitão Carlos”, e ali permaneceram até a total desmantelamento. A partir de Priori e Oikawa foram oficialmente 23 prisões nesta fase (junho e julho), sendo este número, na realidade, bem maior. A Comissão de Terras, novamente rearticulada, foi chamada para assentar todos os posseiros em lotes de 5 a 15 alqueires na Colônia de Centenário ou em lotes de 15 a 50 alqueires em Iporã, Campo Mourão e Paranavaí¹⁰⁰.

Em 9 de agosto de 1951 foi instalado o inquérito responsabilizando 15 lideranças pelo conflito entre agentes do PCB e posseiros. Sendo eles: Celso Cabral de Mello, o “Capitão Carlos”, Arildo Gajardoni, Hilário Gonçalves Pinha(Itagiba), André Rojo, “Machado”, Newton Machado, Francisco Lourenço Figueiredo(Quiabo), Francisco Lourenço Figueiredo(Quiabinho), Inocêncio Ferreira Belém, Lázaro Bueno de Camargo, Benedito Bueno de Camargo, Miguel Gajardoni, João Pernambuco, “Jordão de Tal”(não-identificado) e “Orozimbo de Tal”(não-identificado).

A Batalha de Porecatu irrompe no contexto nacional como uma experiência concreta da combatividade da luta agrária. O espectro da luta social, até então restrita ao ambiente urbano, ganha uma força que explode

¹⁰⁰ PRIORI, Angelo. *O Levante...*Op.cit.204.

devido a uma legislação e um não aceitação da falcatura jurídica dos latifundiários. A primazia do grande latifúndio, resultado de séculos de regime monocultor da cana e do café, defronta-se com inconformidade de pequenos proprietários em ver anos de suas vidas, de benfeitorias, sendo engolidas pela desonestidade das entidades em prol da defesa do conservadorismo agrário. Esse conservadorismo possui parentesco com o praticado bem longe dali, na capital do estado paranaense, onde se encontram, socialmente imersos, os jornais analisados, os quais visam exprimir a leitura de mundo desta parte da sociedade. Muito do que acontece no norte do estado provem de um clima de otimismo e modernização, reflexo de uma tendência global, decorrente de um cenário pós-guerra e bipolarizado. A capital é o principal foco de difusão deste clima aqui no estado e de lá saíram as ordens de violência na região de Porecatu. O anticomunismo presente nos discursos realizados por políticos e entidades policiais sobre a presença comunista na região, encontraram campo fértil de propagação em Curitiba. É a análise do anticomunismo presente nos jornais ao se referenciar ao evento em Porecatu o foco do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3. ANTICOMUNISMO NA IMPRENSA PARANAENSE

A imprensa é uma das mais fecundas fontes para a análise das representações e imaginários sociais. Este meio expressa todo um conjunto de valores que se assentam numa ligação estreita com os grupos sociais, o lugar de onde emana seu discurso e a temporalidade no qual está inserido. Tendo em vista este aspecto, propomos neste último capítulo uma exposição e análise de elementos anticomunistas encontrados na cobertura dos jornais paranaenses sobre a Revolta de Porecatu.

3.1.O DISCURSO JORNALÍSTICO

Utilizamos para esta pesquisa duas fontes impressas, os dois jornais de maior circulação à época: *O Diário da Tarde* e *O Dia*. A partir dos pressupostos básicos apresentados por Tânia de Luca¹⁰¹, compreendemos que não devemos tratar os documentos impressos como imparciais, meros depósitos de informações para os historiadores. Embora reproduza valores, visões de mundo, interesses e discursos ideológicos do grupo social a quem representa, os jornais não se reduzem a isso: são os próprios objetos de pesquisa, com sua especificidade, materialidade, conteúdo, lugar social, público etc.

Segundo Mariani, o discurso jornalístico tem como especificidade tornar objeto o “acontecimento”, ou melhor, aquilo sobre “o que se fala”. Aquele que registra o caso, o jornalista, adquire um status de observador imparcial, já que apenas retrata, não interpreta. Pode, assim, formular juízo de valor e emitir opiniões sem que isto macule sua legitimidade frente à exposição do ocorrido. O discurso “sobre” algo a ser narrado é, então, intrinsecamente validado em razão da posição de autoridade que o jornalista exerce, isto é, a credibilidade dada a ele é devido a sua transmissão de conhecimento¹⁰². Essa comunicação dá-se através de saberes que possuam afinidade com os saberes de seus leitores, traçando explicações diretas e claras, com aspectos informativos que

¹⁰¹ Luca, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2º Ed., 2008. 143.

¹⁰² MARIANI, Bethania. *O PCB...* Op.cit.143. Esse imaginário é extraído de jornais europeus.p.60-61.

garantam um efeito de linearidade e homogeneidade ao que foi apresentado. Atuando diretamente na constituição da memória, esse efeito imprime, segundo a autora, a “institucionalização dos sentidos”.

No discurso jornalístico sobre os comunistas, a importância da construção da memória é salientada, pois, segundo Mariani, o discurso pecebista praticamente inexistente na imprensa. Sem o confronto de visões, os sentidos sofrem não podem experimentar opiniões diversas, facilitando a disseminação e a fixação de um ponto de vista parcial e negativo em relação ao PCB. Os sentidos sobre os comunistas garantem sua existência e reprodutibilidade pela “repetição, pela crítica as vezes nítidas, as vezes disfarçada em explicação”¹⁰³. Além disso, isto permite a cristalização dos sentidos contrários ao comunismo.

O caráter pedagógico do discurso, revelando de forma inteligível o funcionamento do mundo, reafirma o aspecto imparcial e sem produção de juízo de valor. Mariani destaca que este artifício influenciou a criação de um discurso homogeneizante e blindado a qualquer acusação de ser parcial ou interpretativo. Os enunciados são baseados em uma memória lexical e semântica, de aspecto negativo, que já obtiveram dos leitores um aval de reconhecimento e identificação.

Mariani afirma que nos impressos contrários ao comunismo, há um consenso sobre o que é o “Mal”, e as ações e a ideologia do PCB se enquadravam nesse campo. O discurso jornalístico se posiciona assim, com a dicotomia “bem” *versus* “mal”, enquanto um interlocutor do sujeito ideal. É em defesa desse sujeito que, invariavelmente, constituiu-se um processo de semantização negativa sobre os comunistas, independente de qual forma está fosse redigida no impresso. A relação com este sujeito ideal, a quem o discurso jornalístico propõem-se a representar, é dada em termos sócio-históricos, pois foi necessário um processo de identificação e filiação dos agentes-leitores para o discurso anticomunista proferido. Há de ressaltar que não há invenção despropositada de sentidos, a produção está imersa em conjunturas, numa historicidade, e é nela que ganha sentido e aderência a realidade social. Por isso ocorre a repetição, com fins de cristalização de um sentido que, no

¹⁰³ MARIANI, Bethania. *PCB...* Op.cit.61-85.

entanto, pode produzir modificações de sentido dependendo do contexto histórico¹⁰⁴.

Ao trazer elementos de afinidades com o leitor, o discurso jornalístico cria uma ilusão de realidade objetiva, desde modo “os leitores tornam-se aprendizes silenciosos, o que não quer dizer passivos, sendo conduzidos, despercebidos, a permanecer em sua posição sócio-histórica”¹⁰⁵. Os sentidos que reproduzem descrevem um conjunto de valores sociais estabelecidos socialmente. No caso dos comunistas, através dos jornais analisados pela autora, os personagens históricos são entendidos como um grupo homogêneo e de reações já esperadas. Sabendo o que esperar, os sentidos se institucionalizam, e constitui-se uma premissa: o comunista é o inimigo. No caso paranaense, os sentidos produzidos pelo “O Dia” e o “Diário da Tarde” trabalham na construção de um discurso específico.

3.2.OS COMUNISTAS NO ESTADO E O ÍMPETO DE DESENVOLVIMENTO

Os comunistas já se encontravam presentes em território paranaense antes mesmo da legalização do partido em 1945¹⁰⁶. Atuavam em sindicatos e organizações trabalhistas localizados principalmente na zona portuária do estado (Paranavaí e Morretes), na capital e, posteriormente, devido à grande comunicação entre o norte paranaense e o interior paulista, na principal cidade da região: Londrina¹⁰⁷.

A intensificação da presença comunista na região acompanhou o enfraquecimento e o esfacelamento do estadonovismo. Segundo Codato e Kieller, o Estado Novo

“começou a acabar com o episódio do afundamento dos navios mercantes brasileiros pelos alemães[...] A nova conjuntura interna que se formou favoreceu o avanço das forças liberalizantes. Ela seria responsável ainda

¹⁰⁴ MARIANI, Bethania. *PCB...Op.cit.*91-92.

¹⁰⁵ MARIANI, Bethania. *PCB...Op.cit.*94.

¹⁰⁶ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos: história dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. p. 29-30

¹⁰⁷ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos...Op.cit.* 31.

que indiretamente pela tolerância para com o Partido Comunista a partir de 1945”¹⁰⁸

A retomada das atividades do Partidão deve-se também a um fortalecimento do papel de Luis Carlos Prestes motivado por dois fatores: seu engajamento a favor da entrada do país na Segunda Guerra Mundial e o seu posicionamento na defesa de Getúlio após este se aproximar dos aliados¹⁰⁹. É interessante o posicionamento do *O Diário da Tarde* sobre o líder comunista no período que se seguiu após a legalidade do partido, no trecho abaixo datado de 15 de janeiro de 1947 podemos ler uma apresentação de Luís Carlos Prestes:

“o patriota sem mácula, o querido líder do povo brasileiro, secretário-geral do Partido Comunista do Brasil e senador da República[...]Prestes se vê cercado de crescente admiração e confiança de milhões de brasileiros, pois toda a sua vida foi consagrada aos superiores interesses do povo[...] Seus **exemplos de patriotismo** aí estão e para sua palavra esclarecedora voltam-se nos dias de hoje as atenções de milhões de brasileiros que confiam em sua atuação de **verdadeiro líder do seu povo**” [grifo nosso]¹¹⁰

A empatia despertada por Prestes na opinião pública possibilitou até o enaltecimento dos seus esforços na luta que realizou ao longo das últimas décadas. No entanto, não há nenhuma passagem sobre a sua participação nos levantes tenentistas e na Intentona Comunista, tentativas violentas de mudança do *status quo*. A ênfase caía sobre a sua luta contra o fascismo e o imperialismo. A simpatia com a sua figura é extremamente marcada e conjuntural. Quando o objetivo é deslegitimar sua liderança, outros aspectos são retomados, como veremos.

Oficialmente o primeiro arranjo do PCB no Paraná data de 14 de julho 1945¹¹¹. Era comum no partido o deslocamento de quadros de regiões com maior articulação para locais onde a mobilização ainda era incipiente, fato constatado no próprio evento em Porecatu. Aliado a essa mobilidade, durante o período de sua legalidade o PCB conheceu o seu momento de maior expansão, fenômeno que também atingiu o Paraná, devido ao engajamento do

¹⁰⁸ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos...* Op. cit.32.

¹⁰⁹ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos...* Op.cit. 33.

¹¹⁰ Noticiário do Partido Comunista do Brasil, *O Diário da Tarde*, 15 de Janeiro de 1947.

¹¹¹ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos...* Op.cit.36-37

partido na luta social, ao status da União Soviética na Segunda Guerra Mundial e ao prestígio que havia alcançado ao fim do Estado Novo. Quando posto na ilegalidade em 1947, acaba desiludido da via eleitoral e adota uma postura de radicalização. Os militantes do partido refletiram essa nova posição incentivando ações mais radicais. Em vez de uma composição de frentes democráticas, opta por engajar-se em um viés de lutas urbanas e, de maneira inédita, camponesas¹¹².

No estado do Paraná, o período posterior a guerra propiciou um clima de euforia: o progresso e o desenvolvimento financeiro estavam na ordem do dia. A capital paranaense sofreu forte influência desse clima. Segunda Gimenez, o cenário pós-guerra em Curitiba pregava um clima de euforia pela vitória da democracia e pela efervescência do desenvolvimento da sociedade brasileira. O estado passava por um processo de diversificação econômica, iniciada no governo Vargas, incitada pelo incremento da cultura cafeeira em terras paranaenses. O dinamismo oriundo do surto cafeeiro, iniciado na década de 1940, originou a disseminação de representações do estado enquanto “Terra Prometida”, “Terra da Promissão”, “Nova Canaã”, “El Dourado”. O Paraná estaria destinado “a transformar-se no celeiro nacional, [uma] noção mítica de prosperidade e [d]a vocação agrícola do território”¹¹³. A historiadora enfatiza que a imprensa era aliada desse projeto perpetrada pelas elites econômica, política e intelectual do estado, salientando a ideia almejada do Paraná enquanto local que estava em pujante desenvolvimento, algo que legitimava seus grupos idealizadores.

“O Estado era envolto nos símbolos de progresso do momento: desenvolvimento econômico e industrial, dinamismo em terras consideradas ociosas e em processo de colonização, aumento populacional, ingresso de capital externo, incremento das exportações, etc. Dentro desta mesma lógica, que visava entregar confiabilidade a imagem do Paraná, buscava-se demonstrar que o Estado possuía ‘bases sólidas e irrefutáveis’, prova de sua capacidade econômica”¹¹⁴

¹¹² CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos...* Op.cit.40.

¹¹³ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...* Op.cit. 31.

¹¹⁴ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. *Velhos Vermelhos...* Op.cit.32.

Nesse contexto, há uma retomada e redimensionamento do discurso paranista, que formar uma identidade universalizante e multifacetada compreendendo o povo paranaense, enquanto partícipe do povo brasileiro, como “trabalhador”, “empreendedor”, “ordeiro”, inclusive incluindo o migrante. Isto também contribuía para a manutenção e legitimação do status simbólico das elites tradicionais do Estado¹¹⁵.

O discurso apresentava os paranaenses com uma única população “ordeira”, “coesa” e “harmoniosa”. Isto era incitado pelo próprio Estado, no qual, segundo Gimenez, pretendia “povoar o território, modernizar a economia e produzir uma dada população, [através de discursos] disciplinadores, moralizadores e higienadores”¹¹⁶. Estas imposições demonstram o conflito entre a almejada identidade paranista de certos grupos das elites e outras identidades existentes, como a comunista. As identidades divergentes eram tratadas como alienígenas. Para além das representações de uma “sociedade harmônica” expõe-se outra sociedade, que despertava o temor pelas agitações sociais a elite e no governo.

Gimenez declara que entre 1945 a 1964, o país foi assolado por conflitos urbanos e campestres, greves e manifestações contra a carestia e alto custo de vida etc. Essas agitações davam visibilidade aos marginalizados do projeto idealizado pelas elites, ou seja,

“Este retrato era parte da perspectiva elitista que embalava os grupos sociais preponderantes na sociedade curitibana, assim como suas instituições para os quais a existência de marginalizados sociais era legitimada como ‘ônus do progresso’. Percebe-se que os problemas sociais recebiam pouco destaque dentro do discurso idealizado das elites curitibanas. Quando recebiam, demonstravam o receio rente as possibilidades de desintegração das estruturas sociais e dos projetos de desenvolvimento dinamizados que poderiam [e desejavam] desenvolver”¹¹⁷

Os principais focos dos conflitos gerados por essas investidas contra o *status quo* concentravam-se no campo, gerando desconforto e temor com a possibilidade de organização e propagação de ideias comunistas nos meios

¹¹⁵ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...*Op.cit.34-35.

¹¹⁶ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...*Op.cit. 37.

¹¹⁷ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...*Op.cit.53.

rurais. Segundo Gimenez, a incipiência ou falta de comunicação destas localidades com as elites tradicionais, localizadas na capital e a contínua expansão das fronteiras agrícolas dificultavam e, em alguns casos, impossibilitavam um controle efetivo para garantia da manutenção da ordem. No nível do discurso oficial, o governo do estado percebia as tensões sociais e os conflitos como eventos efêmeros a serem facilmente resolvidos pela administração pública, pois contrastavam com o espírito “ordeiro” e “laborioso” do paranaense. A disseminação e a reforço da imagem da “harmonia social” apresentava a necessidade e a ansiedade de grupos, contrários a movimentações sociais, de coibir e evitar qualquer ação ou ideia que atentasse a ordem e ao projeto modernizador¹¹⁸.

O discurso anticomunista praticado por grupos das elites tradicionais e pelo Estado sobre a tensão em Porecatu foi um exemplo dessa leitura. O governador Bento Munhoz da Rocha Neto responsabilizara o conflito pela “influência comunista”¹¹⁹. Aliás, a

“grande parte das elites tradicionais paranaenses percebia e representava os movimentos sociais, desencadeadas por todo país, como prova concreta da infiltração comunista na sociedade brasileira. Assim, percebe-se que a defesa de práticas efetivas de combate ao comunismo, incluía também o combate aos movimentos sociais e as suas possibilidades de contestação social”¹²⁰

Deste modo,

“Observando a trajetória do anticomunismo, percebe-se que, na conjuntura democrática que se abria em 1945, o fenômeno encontrava-se disperso na sociedade brasileira, envolvendo vários grupos a partir de seu imaginário relacionado ao medo da desintegração da sociedade e dos princípios que se acreditava serem os seus norteadores: “Deus”, “Pátria”, “Família”, “Liberdade” e “Propriedade”. O imaginário anticomunista mobilizava os instintos de auto-conservação, aglutinando vários grupos sociais, em torno da defesa da ordem e das estruturas sociais estabelecidas, principalmente aqueles que se sentiam privilegiados dentro do modelo sócio-econômico vigente no país. Suas práticas e representações encontravam-se entre os

¹¹⁸ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...* Op.cit.59-60.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...* Op.cit.62.

pilares do arsenal repressivo e autoritário tanto dos aparatos oficiais de governos quanto das elites, auxiliando no silenciamento e na repressão dos movimentos e das tensões sociais, como acontecia na sociedade curitibana”¹²¹

Este movimento, a partir da Guerra Fria, promoveu uma epidemia de denúncia sobre o “perigo comunista” no país. Alguns grupos sócio-políticos instrumentalizaram o imaginário anticomunista e articularam ações de rechaço ao projeto comunista, encarado como empecilho aos projetos particulares. O anticomunismo foi importante no exercício do poder, construindo coesão, angariando adesões e reforçando posições sócio-políticas.

Moysés Lupion sofreu duras críticas por parte de *O Diário da Tarde*, que destacava a falta de ação concreta do governo frente as mobilizações que o PCB executava no norte do estado. A simples desconfiança de alguma simpatia do governador do estado em relação aos comunistas já demonstra parte do caráter instrumental do anticomunismo. O jornal afirma que os comunistas engendraram um conluio com Lupion, dando-lhe “propina” para sua livre articulação dentro do território estadual:

“Os jornais do consórcio Lupion continuarão a desancar o comunismo e o Partido Comunista do Brasil para não afastar a votação dos que jamais dariam o seu voto a um candidato apoiado por tal partido, ludibriando, assim, a boa-fé dos eleitos. Estão neste caso os católicos, os integrantes do Partido Trabalhista, os de representação popular e a grande maioria do POVO, que renega o comunismo **ateu e sem pátria**”[grifo nosso]¹²²

Podemos visualizar outro exemplo, sugere-se que Lupion já possuía relação de longa data com os comunistas. Segundo o jornal, ele:

“reuniu em março do ano findo, em seu escritório comercial, vários próceres da secção estadual do Partido Comunista, com o qual entabulou negociações , no sentido de ser a sua candidatura, até então amparada somente pela sua mórbida vaidade e pelo dinheiro emprestado para custeá-lo. O Sr. Moyses, manteve com os referidos membros do PCB por muito tempo, estreitas ligações. Esse é um fato verídico que o povo precisa saber

¹²¹ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...*Op.cit.73.

¹²² Moysés Lupion Candidato dos Comunistas- O conluio comuno-lupionista. *O Diário da Tarde*, 14 de Janeiro de1947.

e para o qual solicitamos dos interessados um pronunciamento público para confirmá-lo ou contestá-la”¹²³

Há um aproveitamento eleitoral da presença comunista na política da região. É possível perceber na fonte uma campanha contrária a Lupion, articulando uma campanha eleitoral com ímpeto anticomunista a partir de alegas ligações entre o então candidato e os pecebistas.

O *Diário da Tarde*, que apoiava Bento Munhoz da Rocha, responde a uma acusação realizada pelo “O Dia” sobre a suposta ligação de Munhoz com os comunistas:

“O jornal ‘O Dia’ explorando, desonestamente, uma nota publicada ontem por esta folha, atribui ao dr. Afonso Alves de Camargo, conceitos emitidos pelo repórter [do Diário da Tarde]. O chefe do Partido Republicano nos pediu, apenas, que opuséssemos um formal e enérgico desmentido às levianas e falsas declarações daquele jornal a respeito de compromissos inexistentes do candidato Munhoz da Rocha, ou dos partidos que o apoiam, com o P.C.B.”¹²⁴

A exploração do boato de ligação com os comunistas não era prática incomum, sendo muito utilizada pela imprensa. Como as elites econômicas curitibanas gozavam dos privilégios da efervescência do desenvolvimento econômico e da modernização da sociedade, estes viam pejorativamente os conflitos no campo¹²⁵. Salientava-se a incompatibilidade dos conflitos sociais que estavam ocorrendo com a idealização do espírito “ordeiro” e “harmonioso” da sociedade brasileira. Esta situação só poderia ser plausivelmente explicada, a partir da presença destoante dos bolcheviques. Os vermelhos estariam por ordens moscovitas com o intuito de manipular os locais. Podemos constatar o discurso tutelar promovido pelas elites, entendendo-se como o responsável por inserir os sujeitos no progresso e expulsar os invasores.

3.3.ANTICOMUNISMO E A REVOLTA DE PORECATU

¹²³ O Sr. Moysés Lupion de Troia e o Partido Comunista. *O Diário da Tarde*, 16 de janeiro de 1947.

¹²⁴ Explorando Desonestamente. *O Diário da Tarde*, 16 de Janeiro de 1947.

¹²⁵ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da...* Op. cit. 153.

A Revolta de Porecatu, apesar de seu momento de acirramento balizado entre 1948 a 1951, tem suas raízes por volta de 1944, com as primeiras organizações de posseiros contra as injustiças de fazendeiros e capangas e do conluio do poder policial com os grileiros. Na reportagem “Arbitrariedade da Polícia no Norte do Paraná” de 1947, o jornal critica os excessos policiais, tendo em vista o papel social que a organização possui no projeto de progresso incitado à época:

“Em determinadas localidades do Norte deste Estado, a Polícia, abandonando a sua diretriz de manter a ordem e defender os interesses do povo, **vem implantando o terror**, cometendo verdadeiros desatinos que depões indiscutivelmente contra ela depõe. Ainda agora soubemos que em Purecatú foi implantado o terror, por praças de destacamento local, que se fazem sempre acompanhar de **seis ‘capangas’**. Pra iniciar sua ação desarmaram todos os lavradores levando até mesmo as facas da cozinha. E em seguida, passam a submeter aqueles que de sol a sol trabalham a terra, prenderam o lavrador Francisco Figueiredo [sic], levando a um curral, pertencente a um fazendeiro de nome Hermínio. E ali espancam **barbaramente**, culminando por deixá-lo exposta ao sol, sem alimento e sem água, até ao entardecer, quando o levaram a outra fazenda onde novamente, o espancaram, até que o mísero camponês tombou extenuado, com o sangue a fluir pelos lábios, um camponês que possui mulher e nove filhos menores, homem trabalhador e dedicado. E atos com esse se repetem todos os dias. São coisas que precisam acabar, pois depõe, contra os nossos focos de civilizados”¹²⁶**[grifo nosso]**

Antes mesmo da entrada oficial do PCB no conflito, a violência foi a tônica, no entanto, foi o comunismo bolchevique o único acusado de provocar o ambiente de guerrilha durante os quatros anos de combate. No trecho abaixo, parte de um conjunto de reportagens publicadas por dois dias consecutivos, podemos enxergar, duas questões: a briga política entre os jornais, no qual cada um defende o seu candidato e a inserção do Partidão no conflito, evidenciando a mudança na imagem dos comunistas, apenas tidos como aproveitadores.

“As violências premeditadas do Sr. Moyses Lupion e a atuação ponderada e judiciosa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto no caso da intrusão das terras- **os comunistas estão dirigindo o movimento**

¹²⁶ Arbitrariedade da Polícia no Norte do Paraná: coisas que acontecem em Purecatú- o colono foi barbaramente espancado até sangrar. *O Diário da Tarde*, 17 de fevereiro de 1947.

rebelião no Norte do Estado- dois ex-deputados vermelhos entre os posseiros de Porecatu- cooperação das polícias carioca e bandeirante- marcham para completo desmantelo das fortalezas comunistas do Alta Sorocabana e de Porecatu”¹²⁷[grifo nosso]

No periódico *O Dia*, o criticado é o candidato Bento Munhoz da Rocha Neto:

“ Os atos de arbítrio do governo do Paraná, já vêm tendo graves consequências em todo o estado. Na defesa da ordem jurídica e pública, não temos poupado esforços verberando em nossas colunas a ação nefasta do governo estadual, que sem a menor compreensão de que seja direito alheio, vem tomando medidas violentas, pretendendo, assim, resolver o caso das terras do Paraná”¹²⁸

Neste trecho o atual governador é taxado como ineficiente, não buscando a resolução, mas apenas agindo violentamente. O jornal, nesta mesma reportagem faz questão de elogiar a atuação de Moysés Lupion, o qual, em sua gestão

“com a habilidade que **lhe é peculiar** e após ingentes sacrifícios e trabalho, novamente conseguiu levar a tranquilidade aquela rica região”[grifo nosso]

O diário curitibano responsabiliza o governador Rocha Neto pelo fortalecimento da ideologia vermelha na região:

“A infiltração comunista em Porecatú somente se tornou possível depois do desentendimento da célebre Comissão de Terras com os posseiros”¹²⁹

Como visto anteriormente, a presença comunista foi um elemento essencial no cenário político do estado, tendo a capacidade de aglutinar grupos contrários a sua prática. Motta afirma que “a convergência entre os diversos grupos anticomunistas era plena na postura negativa em relação ao adversário comum”¹³⁰. Esta atuação conjunta possibilitou uma instrumentalização, fazendo do anticomunismo um fator de coesão social, artifício político e formador de

¹²⁷Agentes de Moscou Conspiram no Paraná- Causas remotas e recentes dos gravíssimos acontecimentos de Porecatú. *O Diário da Tarde*, 21 de Junho de 1951

¹²⁸ Ameaça de Revolta em Porecatu. *O Dia*, 13 de Junho 1951.

¹²⁹ Porecatu: a Coréia Paranaense. *O Dia*, 22 de julho de 1951.

¹³⁰ MOTTA, Rodrigo P. S. Em guarda...Op.cit. XIX.

identidade. Estas utilizações, são ao nível do discurso, frutos de sentidos que foram cristalizados sobre os comunistas.

Houve várias acusações, por parte dos jornalistas, de que os comunistas naquela região eram apenas oportunistas, que se aproveitaram da mobilização no norte do estado para difundir a sua ideologia na região. A subjugação dos sertanejos aos mandos dos agentes de Moscou e a incitação comunista à violência estão representadas nos extratos a seguir:

“Prosseguem [...] as autoridades policiais do Estado no seu esforço no sentido de efetuar, até o fim, o trabalho de **limpeza dos elementos comunistas** dos vários municípios do setentrião paranaense. Cumpre esclarecer que o sentido da ação policial em Porecatu é o de livrar os posseiros da **coação** que lhes impõem os **elementos subversivos**, obrigando-os a oporem resistência as providências adotadas pelo Governo do Estado para dar solução a questão da terra”[grifo nosso]

E continua

“Mas é necessário que se frize, estas autoridades estão perfeitamente aparelhadas para fazer frente a qualquer manobra daqueles que **visam subverter a ordem e semear a intranquilidade na região** escolhida pelos agentes comunistas para execução das **novas táticas** de conflagnar as zonas rurais, transformando ricas e progressistas zonas em outras tantas ‘Correias’ [de transmissão do comunismo]”¹³¹[grifo nosso]

Fica atribuída à articulação dos comunistas a chamada radicalização do movimento, dando a entender que antes destes assumirem seus postos como líderes, os posseiros utilizaram apenas da via legal para requerer seus direitos sobre a terra. Enfatizava-se características imorais que seriam própria dos comunistas presentes naquela região: subterfúgios como meio de manipular, coagir e chantagear os lavradores da localidade. Segundo excerto abaixo, a proposta dos vermelhos era incitar o caos, a desordem:

“Mostrou-se inócua a técnica vermelha do “tanto pior melhor”. Os camponeses foram libertados do duplo medo de que eram presos: dos

¹³¹ Coluna Pingos. *Diário da Tarde*, 22 de Julho de 1951.

bolchevistas, pela coação, e da polícia, que, como apregoavam os agitadores, iria promover um verdadeiro massacre dos posseiros”¹³²

E é apontado neste passagem

“ As últimas informações sobre os gravíssimos acontecimentos de Porecatu, Centenário e Arapongas adiantam que os intrusos e posseiros, instigados por elementos comunistas, recorrerão à violência —até sangue correrá, afirma- se o governo não aceitar os dozes mandamentos do boletim subversivo abundantemente espalhado na região”¹³³

A justificativa da violência promovida pela polícia era pelo fato dos comunistas estarem entre os posseiros. Os vermelhos incitavam a luta, mas quem acabava pagando o preço pela audácia eram os posseiros, sendo eles vítimas dos articuladores. Se desenvolveu-se um clima de hostilidade, relacionando a região à concomitante guerra ocorrida na Coreia:

“Numerosos agentes da DOPS deste estado e de São Paulo, prosseguem no árduo trabalho de localizar os associados de Luiz Carlos Prestes, infiltrados entre os posseiros, colonos e peões. A Vila Progresso, localizada naquela região do norte do Estado e distante 35 quilômetros da cidade de Porecatu tornou-se o quartel-general dos posseiros entre os quais se encontram os elementos comunistas. Na opinião de vários moradores da redondeza, em declarações prestadas ao nosso correspondente, a situação atual daquela zona, **assemelha-se a uma verdadeira Coreia**”¹³⁴ **[grifo nosso]**

Tal responsabilização era propícia, pois além justificar, alertava sobre as artimanhas dos comunistas, tendo o caráter pedagógico do discurso jornalístico como citado por Mariani.

Podemos ainda afirmar que no texto jornalístico os posseiros eram vistos como indivíduos pacíficos. A índole pacífica do povo brasileiro é um discurso ideológico importante, os camponeses somente se utilizaram da violência devido a “coação” da presença comunista no conflito. O posseiro é, neste caso, modelo para esclarecer aos leitores o que aquele ideário subversivo faria ao país, ou seja, os comunistas transformaram um povo

¹³² Reina a ordem em Porecatu. *O Diário da Tarde*, 26 de junho de 1951.

¹³³ Porecatu: a Coreia Paranaense. *O Dia*, 22 de Junho de 1951

¹³⁴ Ainda os acontecimentos em Porecatu. *O Dia*, 17 de junho.

“ordeiro” e “laborioso” em sujeitos perigosos e raivosos. A violência instaurada no conflito não partiu dos posseiros, é evidenciado

“que a conflagração não é comunista, há infiltração comunista”¹³⁵

O excerto a seguir traça o paralelo que o próprio jornal fez para explicar essa mudança no comportamento dos lavradores:

“quando na legalidade, o PCB [...] se mostrava propenso a cortejos tão somente ao operariado das cidades, abandonando quase de todo os homens do campo. Eram raros, as manifestações pró-camponesas, não passando tudo de mera demagogia para que os camponeses não ficassem ressentidos. Jogado, todavia, na ilegalidade, o PCB fez auto-crítica da sua atuação nos últimos tempos e observou que as classes agrárias tinham sido negligentemente abandonadas e que [devia] recuperá-las. Foi quando ocorreu o fenômeno da multiplicação em todo o ‘hinterland’ brasileiro das chamadas Ligas Camponesas e outras organizações. Principiava a arregimentação disciplinada dos homens do campo sem que os poderes públicos houvessem tratado de cortar o mal pela raiz, cerceando a atividade nefasta dos emissários de Moscou”¹³⁶

O jornal O Dia é mais enfático:

“ As ultimas informações sobre os gravíssimo acontecimentos de Porecatu, Centenário e Arapongas adiantam que os intrusos e posseiros, instigados por elementos comunistas, recorrerão a violência —até sangue correrá, afirma- se o governo não aceitar os dozes mandamentos do boletim subversivo abundantemente espalhado na região”¹³⁷

Este comportamento violento, que não era da natureza do simples lavrador, era fruto de uma ludibriação engendrada pelos comunistas como forma de angariar militantes, encarar o governo e incitar a desordem. O jornalista destaca a articulação promovida pelo PCB na formação das primeiras ligas camponesas, fagulha da prática combativa, que promovia a prática da organicidade e propicia um alastramento do pensamento comunista entre os trabalhadores do campo. A região era um chamariz para a empreitada desejada pelo partido:

¹³⁵ Porecatu: a Coréia Paranaense. *O Dia*, 22 de julho de 1951.

¹³⁶ Agentes de Moscou Conspiram. *O Diário da Tarde*, 26 de Junho de 1951.

¹³⁷ Porecatu: a Coréia Paranaense. *O Dia*, 22 de Junho.

“A agitação que vinha se desenvolvendo na região de Jaguapitã-Porecatu serviu de excelente caldo de cultura para os vermelhos”¹³⁸

Categorizados como vermelhos, agentes de moscou, moscovitas, agentes soviéticos dentre outros, os comunistas eram caracterizados como inteligentes, ardilosos, calculistas, oportunistas e violentos. Além destes adjetivos o que mais é utilizado nas fontes é a caracterização do comunista enquanto manipulador dos posseiros:

“O caboclo, que no recôncavo do sertão, nunca tinha ouvido falar em comunismo e nem sabia o que era isso, passou a achar que os comunistas eram boa gente porque defendia ardorosamente as suas causas”¹³⁹

e de forma mais incisiva

“E os caboclos de Porecatu foram vítimas dos cantos de sereia dos agentes soviéticos no Brasil[...]Qualquer acontecimento é pretexto e os vermelhos estão coagindo, até pelas armas, a muitos posseiros para que não trabalhem e se quiserem fazê-lo, que então trabalhem a favor da causa moscovita”¹⁴⁰

Neste trecho observamos que ocorre a imagem do comunista como agente insensível a causa dos posseiros, interessando-lhe apenas aumentar o poderio de Moscou. Esta imagem ganhou força principalmente com a vinda de quadros importantes do Partidão para a região de conflito, deixando claro o esforço da organização em construir um planejamento de luta em Porecatu. A imoralidade e o oportunismo são, a partir do discurso das elites tradicionais, os eixos norteadores do comportamento comunista:

“e que os eternos aproveitadores das situações, os ordenados e disciplinados agitadores da ordem puseram os manguitos de fora”¹⁴¹

Os jornais são taxativos nos papéis sociais desempenhados entre o comunista, o posseiro e o próprio governo na figura da polícia: o primeiro como

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Duas Fortalezas Vermelhas, *O Diário da Tarde*, 26 de Junho de 1951.

¹⁴¹ Esclarecida a questão de Porecatu. *O Diário da Tarde*, 26 de Junho de 1951.

mentor intelectual e incitador da violência, o segundo o de simples camponês, desinformado e bondoso que se deixou levar pelo ímpeto violento do comunista e, o último, tem como função reestabelecer e garantir a ordem.

Segundo Assunção a “propaganda anticomunista sempre esteve presente em vários órgãos e entidades sociais e governamentais, que continuamente veicularam um imaginário sobre o PCB como inimigo da sociedade brasileira”¹⁴². A autora enfatiza em seu trabalho que o “subversivo comunista é caracterizado como elemento ‘sagaz’, ‘dissimulado’, ‘inteligente’, ‘frio’, ‘premeditado’, ‘calculista’, ‘perigoso’, ‘convicto’, ‘violento’, ‘decidido’, ‘agitado’”¹⁴³, adjetivos que são convergentes com os citados pelas fontes analisadas. Esta caracterização também aparece na obra de Motta¹⁴⁴, povo e camponeses são indivíduos pacíficos e ordeiros que não compreendiam o verdadeiro perigo da infiltração comunista.

Autores como Gimenez e Ipólito enfatizam o caráter identitário que o anticomunismo trouxe para a discussão cotidiana. Os comunistas eram aqueles que não compartilhavam da insistente tentativa de garantir a paz e a harmonia social tão próprio do brasileiro. Os *vermelhos* eram fantoches de Moscou¹⁴⁵ em lugar da simplicidade, quase ingenuidade do homem brasileiro. A questão do empenho comunista no campo paranaense revela-se então como uma nova faceta dos comunistas, mas em nada diferia das críticas utilizadas pelos setores conservadores que enxergam aquele movimento como “infiltração” e “manipulação”, isto é, cooptação do campo a mando de Moscou como forma de promover a desordem na Terra da Promissão.

¹⁴² ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)* IN MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta (org) *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.p. 207-227.

¹⁴³ Idem, p. 220.

¹⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁴⁵ Idem, p. 59.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anticomunismo é um fenômeno que intriga por sua complexidade. Nesta pesquisa tentamos avançar no estudo deste movimento no caso paranaense, e obtivemos, a partir da análise das fontes impressas algumas conclusões.

Constatamos que a principal organização comunista referenciada foi o Partido Comunista, aliás, a partir dos jornais constatamos a intensa participação do PCB no conflito, tendo como tática dirigir o conflito, sendo este acusado de incitar a radicalização após uma primeira visão que abria espaço para o discurso do “patriotismo” de Luís Carlos Prestes, que atuava na legalidade. Ao Estado cabia o papel de reprimir o conflito assim como a influência comunista no norte paranaense, fator essencial às elites da região, sendo que o próprio governador, Moysés Lupion, possuía terras na região; os comunistas eram um elemento a serem temidos devido a sua inteligência, cálculo, frieza, violência e oportunismo. De modo geral constatamos que houve, de fato, um discurso anticomunista, em parte, de modo similar ao encontrado em análises de pesquisadores de outras regiões do Brasil.

A repressão aos focos comunista não ocorreu apenas de maneira argumentativa, presente nos jornais: o Estado também intentava expulsar esse ‘invasor’ do território, a partir da violência policial, para estabelecer a “ordem” na região.

Houve uma mudança radical na imagem sobre Prestes e os comunistas, posição datada. Com o fim a aproximação do Brasil dos aliados, o líder comunista e o partido afirmaram o apoio a Vargas na luta anti-facista, ação que angariou certa simpatia com a população. Esta situação se sustenta até o ano de 1947, que com a Guerra Fria, o comunista volta a ser rechaçado institucionalmente, com apoio de elites tradicionais do estado. Para esses grupos, os comunistas significavam um empecilho à prosperidade, pois incitavam a desordem, algo que impedia que o povo naturalmente “ordeiro” e “laborioso” se inserisse na marcha do progresso, um projeto incentivado por essas elites.

Em nossa análise constatamos que o anticomunismo no estado foi utilizado para fins eleitorais. Os periódicos analisados defendiam candidatos

rivais ao governo do estado em época eleitoral. O *Diário da Tarde* apoiava a candidatura e a índole de Rocha Neto, enquanto O *Dia* estava ao lado de Lupion, seu proprietário. Quando necessário ambos os jornais lançavam reportagens polemizando qualquer suposta ligação dos candidatos com os comunistas. Sendo os porta-vozes dos cidadãos de direito, os impressos defendiam o esclarecimento dos fatos como meio de não ludibriar os eleitores que nunca estariam ao lado de parceiros dos vermelhos.

Nas fontes se salientou o contraste da ideologia vermelha a realidade paranaense, sendo esta desarmônica e violenta. Afirmou que os posseiros eram pacíficos, os quais foram manipulados pelos bolcheviques para serem correias de transmissão das ordens moscovistas. O comunista era inteligente e falso, pois não se importava com a questão dos posseiros, mas eram dissimulados, convencendo os camponeses do contrário.

O anticomunismo possui uma vasta historiografia a nível nacional e alguns a níveis regionais. Esta monografia procurou se inserir na proposta de discussão do fenômeno a nível regional. Partimos de leituras realizadas no contexto de transformação política e social do fim do Estado Novo, a abertura democrática e o início da Guerra Fria. Focamos, num segundo momento na leitura de trabalhos específicos, no qual o único trabalho historiográfico de fôlego encontrado foi o de Gimenez. Constatamos a restrição bibliográfica de estudo do ideário de grupos contrários ao comunismo. No da Sociologia e a Ciência Política há mais estudos, entretanto pontuando aspectos voltados a formação sindical, formação de grupos políticos e as questões eleitorais. Espero futuramente desenvolver um aprofundamento deste estudo angariando mais fontes e dilatando a baliza temporal, englobando, por exemplo, a Revolta do Sudoeste, que é amplamente estudada isoladamente, mas pouco relacionada historicamente com as movimentações agrárias no Brasil, como realizada por Silva.

O fenômeno anticomunista propiciou a união de grupos sociais distintos e organizações em prol de coibir a disseminação das ideias e práticas comunistas. Utilizou-se de inúmeros meios de disseminação entre eles estão os periódicos aqui analisados. O ideário e a prática incentivaram o engajamento de inúmeras pessoas que acreditavam que a ideologia comunista era, sim, um ameaça real, perigosa e, principalmente, eminente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PERIÓDICOS UTILIZADOS:

O DIÁRIO DA TARDE (1947-1951)

O DIA (1947-1951)

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação de Mestrado em História e Culturas Políticas: UFMG, 2006.

BONNET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco(orgs) *Dicionário de Política*. Brasília, EDUNB, 1996

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista do Brasil: Conflito e Integração*. Rio de Janeiro: Ed.Graal, 1982.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento(1946-1964) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta – a experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000, v.2, p. 163-182.

GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: imaginário anticomunista na sociedade curitibana, 1947-1964*. Dissertação de Mestrado em História: UFPR, 2003

HOBBSAWM, Eric. “A Era de Ouro” In: *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IPÓLITO, Verônica K. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná(1945-1953)*. Dissertação de Mestrado: UEM, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2º Ed., 2008.

IPÓLITO, Verônica K. ; PRIORI, Angelo. *É proibido proibir: o policiamento político e o imaginário anticomunista no norte-paranaense*. Revista *Ágora*, Vitória-ES, Universidade Federal do Espírito Santo, v.11, 2010, p.1-19

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. 1º Ed. Rio de Janeiro: Revan/São Paulo: Unicamp, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____ (org). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OIKAWA. Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro(1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984

PAULA, Carolina de. *Imprensa Paranaense e Democracia na República de 46: a primeira eleição no pós-guerra*. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, de 09 a 11 de dezembro de 2009, São Paulo. Sessão de Comunicação – Jornalismo Político. Mestranda do programa de pós-graduação em Ciência Política, bolsista Capes.

PRIORI, Angelo. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e atuação do Partido Comunista(PCB) no campo(1942-1952)*. Tese de Doutorado: UNESP, 2000.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOSA, Derocina Alves Campos. *Imprensa e História*. Biblos, Rio Grande, 19: 109-125, 2006.